

Municípios



A Revista da Associação Paulista de Municípios

DE SÃO PAULO

Ano XI • Número 77

**Reforma da
Previdência:**

**PEC do Senado
é o caminho
para Estados
e Municípios**



Entrevista
Especial:

**Marco
Vinholi,
Secretário de
Desenvolvimento
Regional**



Especial:

Pantanal Paulista

**63º CONGRESSO
ESTADUAL DE
MUNICÍPIOS**

**15 a 19 de outubro
Campos do Jordão**

INSTITUTO DO CÂNCER

DO ESTADO DE SÃO PAULO

SÃO PAULO SE ORGULHA. O MUNDO RESPEITA.

O Instituto do Câncer é o maior centro de referência no tratamento de câncer da América Latina. Reconhecido em todo o mundo e com certificação de qualidade da Joint Commission International - USA, ele conta com equipamentos de última geração e equipes médicas altamente qualificadas. Nestes 10 anos, o Instituto do Câncer já fez mais de 26 milhões de atendimentos e mais de 19 milhões de exames de análises clínicas, atendendo exclusivamente pelo SUS. O Instituto tem um índice de avaliação de 96,2% de aceitação e já foi eleito por duas vezes o Melhor Hospital do Estado de São Paulo.

Seja um doador: www.doaricesp.org.br



**CERTIFICAÇÃO
DE QUALIDADE**
DA JOINT COMMISSION
INTERNATIONAL - USA



PRESIDENTE DA APM

CARLOS ALBERTO CRUZ FILHO
Vice-Prefeito e Vereador de Campinas (1997/2000 e 1983/1988)

1º Vice-Presidente: Frederico Guidoni Scarenello
Prefeito de Campos de Jordão (2013/2016 e 2017/2020)

2º Vice-Presidente: Geninho Zuliani
Prefeito e Vereador de Olímpia (2009/2016 e 2001/2008)

3º Vice-Presidente: SILAS BORTOLOSSO
Prefeito de Osasco (1997/2000)

4º Vice-Presidente: MARILENE MARIOTTONI
Vereadora de Mogi-Mirim (1989/2008)

SECRETÁRIO GERAL

ANTONIO CESAR GONTIJO DE ABREU
Vereador de Barretos (1992/1996)

1º Secretário: SEBASTIÃO MISIARA
Vereador de Barretos (1972/1996)

2º Secretário: DIXON RONAN CARVALHO
Prefeito de Paulínia (2017/2020)

3º Secretário: DANIELA DE CÁSSIA SANTOS
Prefeita de Monteiro Lobato (2013/2016 e 2017/2020)

TESOUREIRO GERAL

JOÃO EMILIO BUZZO
Prefeito de Mendonça (1989/1992 e 1997/2000)

1º Tesoureiro: MARCO AURELIO GOMES DOS SANTOS
Prefeito de Itanhaém (2013/2016 e 2017/2020)

2º Tesoureiro: MARCO ANTÔNIO PEREIRA DA ROCHA
Prefeito de Regente Feijó (2000/2008 e 2017/2020)

3º Tesoureiro: PAULO SÉRGIO ALVES
Vereador de Vila Cruz (1997/2000)

CONSELHO FISCAL

MARCO ANTONIO CITADINI
Prefeito e Vice-Prefeito de Capão Bonito (2009/2016 e 2017/2020)

OSCAR GOZZI
Prefeito de Tarumã (2017/2020)

THIAGO DE MORAES FERRARI
Vereador de Campinas (2009/2016)

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

JOSÉ LUIZ RODRIGUES
Prefeito de Aparecida (2001/2008)

JOSÉ BENEDITO DE OLIVEIRA
Prefeito de Espírito Santo do Pinhal (2013/2016)

SIGEFREDO GRISO
Prefeito e Vice-Prefeito de Jaú (1989/1992 e 2013/2016)

CONSELHO CONSULTIVO

Presidente: WALTER CAVEANHA
Prefeito de Mogi Guaçu (1977/1982; 1989/1992; 1997/2000; 2013/2016 e 2017/2020)

Vice-Presidente: LEANDRO CORRÊA
Prefeito de Broto (2017/2020)

Secretário: MARCO ERNANE HYSSA LUIZ
Prefeito de Alimópolis (2009/2016)

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: AQUEVIRQUE ANTONIO NHOLLA
Vice-Prefeito e Vereador de São João da Boa Vista (1993/1996; 1983/1992 e 2017/2020)

Vice-Presidente: MIGUEL ANTONIO SILVA PADILHA
Vereador de Campinas (1983/1988)

Secretário: LUIZ SOUTO MADUREIRA
Vice-Prefeito de Tietê (1988/1992)

RELACIONES PÚBLICAS

Dalva Christofeletti Paes da Silva

Sumário

04 Editorial

Movimentação Intensa

06 Perfil

Marco Vinholi, Secretário Estadual de Desenvolvimento Regional

08 1º Seminário de Gestão Pública:
R\$ 230 milhões para os municípios

10 Giro Municipal

12 Matéria de Capa

Reforma da Previdência: Estados e Municípios dependem de PEC paralela do Senado

15 Novas perspectivas Brasil - China

16 Cessão onerosa do Pré-sal renderá
R\$ 10 bilhões extras aos municípios

18 Especial

Consórcio une cidades e cria a "Região Turística Pantanal Paulista"

26 Livro vai mostrar as belezas
dos "Rios do Oeste"

30 CNM Qualifica tem novos cursos

31 Espaço Conseg's

Encontro dos Conseg's com a Polícia Civil de São Paulo

32 Capão Bonito e Itesp entregam
mais 110 títulos de propriedade

33 Transparência é essencial na
administração pública

34 Artigos

38 Espaço CRA-SP

Prefeito, você pode fazer da educação o seu legado!

40 Espaço TCE-SP

O Holograma de Ágora

41 Espaço IPT

Durabilidade das construções habitacionais:
Impacto econômico e ambiental

44 Inclusão Social

45 Espaço Mulheres em Destaque

46 Municípios Aniversariantes
Maio - Junho

54 Dia-a-dia

A janela indiscretíssima

Movimentação intensa

Ao final do primeiro semestre fazemos, nesta edição, um apanhado dos assuntos mais importantes e fatos mais relevantes nele vividos.

Para nós, municipalistas, a XXII Marcha de Prefeitos a Brasília em Defesa dos Municípios, promovida pela CNM de 8 a 11 de abril, foi o marco inaugural das articulações com o novo governo federal, cuja participação, com a presença do Presidente Jair Bolsonaro e seus principais Ministros, sinalizou a vontade de conversar com o movimento e suas lideranças.

Esse relato e a entrevista com o Governador Dória foram os destaques da edição passada.

O fato mais relevante, na sequência, foi a tramitação da Reforma da Previdência, tanto na Comissão de Constituição e Justiça como na Comissão Especial e sua votação em plenário.

Durante os trabalhos de elaboração de seu parecer para encaminhamento à votação pelo plenário, mantivemos, via CNM - Confederação Nacional dos Municípios, contato direto e constante com o Deputado Samuel Moreira, buscando manter os Municípios na Reforma. Buscamos ainda evitar o dispositivo contido no parecer, que impede os municípios que estão no Regime Geral migrarem

para o Regime Próprio. Em ambas as matérias fomos vencidos, porém mantemos nossas atenções e ações voltadas ao Senado, na busca de alcançarmos nossos objetivos.

A CNM - Confederação Nacional dos Municípios e o IPZ - Instituto Paulo Ziulkoski criaram o CNM - QUALIFICA, visando instruir os seis milhões de servidores municipais do País, com inúmeros Cursos de qualificação em parceria com as entidades estaduais.

Em São Paulo, organizado e coordenado pela APM, já foram realizados três Cursos, Educação, Finanças e Captação de Recursos, tendo outros dois já agendados, Saúde e Previdência, agora para o mês de agosto.

Com a reforma da Previdência, teremos o Estado gastando menos que arrecada e, consequentemente, o equilíbrio fiscal, gerando confiança e segurança jurídica aos investidores internacionais. Crendo nisso, aceitamos convite feito pela CCDIBC - Câmara de Comércio de Desenvolvimento Internacional Brasil - China, e fomos à China, participar de várias reuniões com Governo e Empresas e Empresários, prospectando possibilidades de negócios com os municípios brasileiros. Este importante

“ Quero ser Presidente porque posso ser Presidente. E dentre tantas razões desta convicção, a mais forte, seguramente, é o fato de na longínqua década de 30, ter sido vereador, presidente da Câmara e prefeito da minha pequenina São João Del Rei”.

Tancredo Neves, na posse da Diretoria da UVESP (União dos Vereadores do Estado de São Paulo) quando candidato à presidência da República.



Carlos Cruz
Presidente da APM

assunto também é tema de reportagem nesta edição.

Logo nas primeiras páginas, enfocamos com muito destaque, a iniciativa do Governo do Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional, em realizar o 1º Seminário de Gestão Pública, coroado de pleno êxito, com a presença de mais de seiscentos Prefeitos, além de Vice-Prefeitos, Vereadores e Secretários Municipais, divulgando os programas para os municípios de São Paulo, com uma visão municipalista, onde se libera recursos, sem “carimbar” o dinheiro, deixando a liberdade para o Prefeito definir suas prioridades e sua destinação.

Estamos trabalhando com afinco e dedicação para que o 63º Congresso Estadual de

Municípios, que será realizado de 15 a 19 de outubro em Campos do Jordão, honre sua tradição, de “há sessenta e três anos ininterruptos, a classe política municipal do Estado de São Paulo se reúne, por uma semana, para troca de experiências, informações, articulações políticas e interação com o Governo Estadual, imbuída de espírito suprapartidário, cujos únicos objetivos são o fortalecimento dos municípios e o engrandecimento do Estado”. Convidamos os prezados Prefeitos, Prefeitas, Presidentes de Câmaras, Vereadores e gestores públicos a agendarem a data, reservar estes dias e se preparam para a pauta de temas que serão tratados.

Estamos atentos ao esforço do Governo do Estado em fomentar as ações dos municípios para incrementar a sua vocação turística, incentivando e criando condições para seu crescimento. Nesse sentido, destacamos em uma reportagem especial a iniciativa do CIENSP – Consórcio Intermunicipal do Extremo Noroeste do Estado de São Paulo e da AMENSP – Associação dos Municípios do Extremo Noroeste do Estado de São Paulo, que criaram a Região Turística “Pantanal Paulista”, que por certo irá incrementar, e muito o turismo naquela belíssima região.

Caros amigos, desejo a todos uma boa leitura.

FALE CONOSCO

Assinaturas, renovações e números atrasados:
(11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br

Comentários sobre conteúdo, sugestões, críticas e release:
imprensa@apaulista.org.br

PUBLICIDADE

CEAME - (11) 3063-5775
ceame@ceame.com.br

Revista Municípios de São Paulo, não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos e matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.





Em poucos meses de governo, o secretário estadual de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi, conseguiu uma proeza: reuniu no Palácio dos Bandeirantes quase a totalidade dos prefeitos paulistas durante o 1º Seminário de Gestão Pública. Foram mais de 600 chefes de Executivos, mais de mil gestores municipais, para o anúncio oficial de um arrojado programa que prevê recursos da ordem de R\$ 230 milhões para as cidades paulistas.

Este evento se tornou, na prática, o primeiro grande resultado do trabalho de Vinholi para atender as demandas municipais, peculiaridades que conhece bem. Ele é filho do ex-prefeito de Catanduva, ex-deputado estadual e ex-presidente da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), Geraldo Vinholi, e seguiu os passos do pai. Marco respira política desde muito jovem e já passou por grande parte dos problemas que os prefeitos enfrentam – portanto, conhece bem a realidade do interior paulista.

Sua trajetória na vida pública começou como coordenador nacional de Empreendedorismo Juvenil, no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e diretor do departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude, órgão do Governo Federal. Em 2014, candidatou-se pela primeira vez a deputado estadual, tendo sido o mais votado da região. Em 2017, assumiu como deputado, foi escolhido relator do Orçamento do Estado de SP designando e aprovando recursos para o exercício 2018, para os 645 municípios paulistas.

Chamado pelo governador João Dória para integrar o primeiro escalão estadual, é um dos mais jovens secretários, com 34 anos. E através de sua secretaria, está desenvolvendo um governo verdadeiramente municipalista, com uma nova roupagem, nova estrutura e novas metas. O resultado apresentamos nas próximas páginas.

Secretário, o que são as “Parcerias Municipais”?

As Parcerias Municipais constituem nova abordagem na relação com os entes locais, com aprimoramento de desempenho mediante compartilhamento de práticas e tecnologias e pactuação de resultados em função de metas estabelecidas.

O programa trouxe o resultado esperado?

O programa "Parcerias Municipais" foi apresentado aos prefeitos no Seminário de Gestão Pública e lá cada prefeito recebeu um documento detalhando a iniciativa e um diagnóstico inicial personalizado de sua cidade para apoio à sua gestão.

Cada cidade tem uma característica. A Secretaria leva isso em consideração?

A iniciativa constitui um pacto entre Estado e Municípios para o aprimoramento das políticas públicas em cada município, levando em conta suas peculiaridades, desafios e vocações.

Em que se baseia o “Parcerias Municipais”?

O programa se baseia em alguns pilares, como a concentração de esforços nos problemas municipais; o trabalho em rede e a cooperação regional; os investimentos em infraestrutura municipal; o compartilhamento de tecnologia e a pactuação de resultados.

Que resultados são esperados?

Investir no desenvolvimento significa aumentar a competitividade dos municípios, incrementar a qualidade de vida de seus habitantes e reduzir as desigualdades regionais.



1º Seminário de Gestão Pública: R\$ 230 milhões para os municípios

O objetivo do 1º Seminário Paulista de Gestão, realizado em 19 de junho, foi oferecer aos administradores municipais uma oportunidade para aprimorar sua experiência por meio da interlocução com agentes de outras esferas do poder público, potencializando resultados que beneficiam cada vez mais os municípios e a população do Estado.

O 1º Seminário de Gestão Pública constituiu a maior reunião de gestores, prefeitos e demais tomadores de decisão no âmbito municipal e estadual que São Paulo já viu. Lideranças de todas as regiões do Estado se fizeram presentes no Palácio dos Bandeirantes. O evento teve público recorde de prefeitos e contou com autorização digital de recursos por parte do governador João Doria, que liberou montante de investimento recorde de R\$ 230 milhões para infraestrutura municipal.

Esta verba será escalonada priorizando municípios de até 100 mil habitantes. Segundo os critérios da

“Os repasses da administração estadual a 567 municípios servirão para investimentos em infraestrutura em cidades de até 100 mil habitantes”

Secretaria de Desenvolvimento Regional, cidades com até 20 mil habitantes poderão pleitear até R\$ 300 mil. O valor sobe para R\$ 500 mil para municípios com até 50 mil habitantes e atinge o máximo de R\$ 700 mil para as cidades com até 100 mil habitantes.

A partir de agora, as Prefeituras podem apresentar seus projetos para obras urbanas e pavimenta-

ção, recapeamento de vias, construção e reforma de escolas e praças. Os pedidos apresentados serão avaliados pela gestão estadual. A partir da aprovação, os recursos serão liberados mediante contratação dos serviços e medição de cada etapa das obras.

O secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi, esclarece que municípios com população superior a 100 mil habitantes também poderão pleitear novos convênios para programas específicos, que serão anunciados pelo Governo do Estado nos próximos meses.

Em contrapartida, o Governo de São Paulo requer que as prefeituras atendam a metas de gestão pública pré-estabelecidas, entre elas aumento no número de matrículas em creches, pré-escolas e ensino fundamental; redução da taxa de mortalidade infantil e queda no número de mortes por homicídios e em acidentes de trânsito.

“As novas diretrizes do governo foram expostas aos prefeitos no





Seminário. Apresentamos programas que qualificam, focalizam e modernizam as políticas públicas, pactuando resultados e investindo na descentralização dos recursos," explicou Vinholi.

Iniciativa inédita na administração pública paulista, o evento reuniu cerca de 1.500 gestores de municípios, entre eles 604 prefeitos. O evento foi aberto pelo governador João Doria e se estendeu até o começo da tarde, com palestras

sobre governança e resultados, projetos e metas, gestão descentralizada e digitalização de processos.

Entre os novos programas apresentados aos prefeitos e lideranças municipais no Seminário, destaque para 'Cidades Inteligentes', 'Sem Papel', 'Parcerias Municipais' e 'Canal Direto SP+Perto'.

Pioneiro no País, o programa Cidades Inteligentes utiliza as novas tecnologias para mudar o

jeito de governar. Almeja levar produtividade e eficiência administrativa, com maior rapidez nos trâmites e processos. Em uma palavra, é a inovação chegando aos municípios paulistas. O 'Cidades Inteligentes' constitui o "guarda chuva" de todos os programas ligados à inovação, desburocratização e tecnologia que foram lançados no Seminário pela Secretaria de Desenvolvimento Regional.

O SP+Perto envolve a requalificação e o remodelamento de 15 escritórios regionais do governo espalhados por todas as regiões do Estado, seguindo o modelo de eficiência e rapidez do Pouparmento.

O programa Sem Papel estabelece um sistema totalmente digitalizado nas trocas e intercâmbios entre as Prefeituras e o Governo Estadual.

“Mais de 600 prefeitos participaram do evento, que apresentou outros programas, como “Cidades Inteligentes”, com as novas tecnologias”



Por Marcelo Barbieri

Já estamos no segundo semestre de 2019 e a esperança de termos sinais positivos na economia ainda não surgem no horizonte das administrações municipais. Nossos gestores continuam empurrando o dia-a-dia, pagando o que é possível e vendendo parcos recursos entrando nos cofres municipais. Não é onda de desânimo. Infelizmente é a triste realidade dos municípios brasileiros, reflexo de uma situação global complicada, mas com agravantes políticos consideráveis em nosso país.

A reforma da previdência é, hoje, o maior gargalo a ser solucionado. Os debates continuam em andamento, com o jogo contra e pró governo, pouco se levando em consideração as reais necessidades de soluções para termos um pouco de tranquilidade administrativa e financeira.

Pederneiras

Novos veículos

A Prefeitura de Pederneiras recebeu 9 novos veículos para a frota municipal. Entre eles, dois novos tratores agrícolas da marca New Holland com roçadeiras individuais e uma pá carregadeira articulada da marca Case, além de quatro veículos Gol e duas pick-ups Saveiro. No total, estes veículos foram adquiridos por R\$ 877 mil com recursos oriundos da FINISA, uma modalidade de financiamento efetuado entre Prefeitura e Caixa Econômica Federal.

Barra Bonita

Eclusa é atração

Cerca de 15 mil turistas visitam, por mês, a principal atração turística de Barra Bonita, a eclusa do rio Tietê. É o passeio mais procurado pelos turistas que, em modernas, embarcações, conhecem o Tietê límpido, naveável e com centenas de espécies de peixes. Primeira do gênero a entrar em funcionamento na América do Sul, a Eclusa de Barra Bonita possui 42 metros de comprimento, 12 metros de largura e vence um desnível de 26 metros em 12 minutos, possibilitando o tráfego de embarcações de nível a nível.

Limeira

Mutirão contra dengue

O mutirão contra o Aedes aegypti realizado pela Prefeitura de Limeira, por meio da Divisão de Controle de Zoonoses, contabilizou a visita a 3.287 imóveis em um único dia. A ação ocorreu nos bairros Vila São João, Jd. Santo André, Jd. Brasil, Jd. Santana e Vila Castelar e contou com a participação de 121 agentes de controle de zoonoses, combate às endemias e comunitários de saúde. Durante os trabalhos, foram localizados 73 recipientes propícios para formação de criadouros.

Santos

Projeto Férias

Quatro escolas de Santos vão funcionar como unidades polo durante o Projeto Férias. O esquema especial de funcionamento foi planejado pela Secretaria de Educação para atender crianças de zero a seis anos cujos pais trabalham durante o recesso escolar. O projeto vai oferecer atividades lúdicas, planejadas pelos professores, além de uma alimentação balanceada e demais cuidados. As unidades realizam muitas brincadeiras, jogos, pintura e ações diferenciadas.

Cosmorama

Muitas obras

Prefeitura de Cosmorama está realizando diversas obras nas áreas de educação, saúde, entretenimento, entre outros. No Centro Educacional “Antônio Papini” está sendo construída nova sala de aula e no Centro Educacional “Antônio Papini” II, localizado no bairro da Vila Honório, o espaço externo está ganhando nova pintura. No Parque Industrial III foi concluído o pavimento asfáltico tornando o local para instalação de novas indústrias, além de novo estacionamento ao lado do cemitério com plantio de árvores frutíferas.

Águas da Prata

Preservação meio ambiente

A agência do banco SICREDI, de Águas da Prata, lançou o projeto “Use e Devolva”. O objetivo é disponibilizar o uso de bicicletas gratuitamente à população e visitantes e, ao mesmo tempo colaborar com a preservação do meio ambiente com um transporte 100% pró ecologia. No início, estão sendo disponibilizadas seis “bikes” e a ideia é expandir o projeto.

Anhumas

Transporte público

Um novo ônibus escolar será enviado para a cidade de Anhumas para atender a grande demanda de estudantes que precisam de transporte eficiente. A conquista do veículo aconteceu quando o prefeito Genildo Ramineli participou de uma reunião da Unipontal, com a presença de lideranças políticas e deputados federais. Além do veículo, o chefe do executivo ainda pediu ajuda de parlamentares na resolução de algumas pendências do município, em Brasília, que podem ser agilizadas por eles.



Araras

Novas viaturas

A Prefeitura de Araras colocou 11 novas viaturas em circulação na cidade. Elas foram alugadas pela administração para reforçar a frota que faz patrulhamento no município. "O objetivo é aprimorar ainda mais os serviços prestados pela Guarda Civil Municipal e, por consequência, garantir mais segurança aos cidadãos", comentou o secretário de Segurança, Wanderleim Geraldo Júnior. Atualmente, 30 veículos fazem parte da frota da Secretaria de Segurança entre carros locados e também próprios da Prefeitura.

Bom Jesus dos Perdões

Conferência de saúde

O Conselho Municipal de Saúde de Bom Jesus dos Perdões, em conjunto com a Secretaria de Saúde realizou a 3ª Conferência Municipal de Saúde. Com o tema “Política Local e o Fortalecimento da Atenção Básica como Estruturante do Sistema de Saúde”, o evento foi realizado no dia 05 de abril (sexta-feira) na Câmara Municipal.

Carapicuiba

Saúde

A obra de ampliação no Pronto Atendimento (PA) Cohab II está a todo vapor. A nova área inclui recepção, salas de triagem e administração, melhorando o fluxo de pacientes em ambiente amplo e confortável. O PA está localizado num complexo de equipamentos de saúde, que também abriga o Caps III, inaugurado em 2018, e a UBS Cohab II, com previsão de ser revitalizada nos próximos meses. Em dois anos e meio, já foram entregues 11 equipamentos de saúde novos ou totalmente revitalizados. Nos próximos meses, as obras de ampliação e reforma da UBS Vila Cretti e USF Pq. Jandaia também estarão prontas.

Cesario Lange

Revitalização

O Departamento de Obras revitalizou a Avenida Osvaldo Vieira de Camargo (entrada da cidade) e Avenida Benedito Camargo Barros (pista da caminhada), ambas com um novo paisagismo, pintura e iluminação, deixando assim o local mais bonito e agradável para utilização pela população.

Gastão Vidigal

Abuso sexual infantil

Desde maio foi iniciada a Campanha de Combate ao Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, por meio de ações nas reuniões socioeducativas no CRAS e apresentações nos vários seguimentos do município. O objetivo das ações foi oferecer atividades diversificadas que contribuam para a conscientização da comunidade. O resultado foi satisfatório, pois o público se mostrou interessado com as apresentações e ações desenvolvidas.

Jaguariúna

Nova creche

Jaguariúna terá uma nova creche municipal com 150 vagas, no Jardim dos Ipês, por meio de um convênio entre Prefeitura e Governo do Estado de São Paulo. O investimento será de mais de R\$ 2 milhões. A Prefeitura fará a doação do terreno e a verba virá da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE). O prefeito Gustavo Reis informou que o próximo passo é iniciar processo licitatório para a construção da creche.

Itanhaém

Cuidados

A Administração tem intensificado a manutenção e zeladoria nas ruas e estradas da cidade. Equipes da Secretaria de Serviços e Urbanização realizaram operação de tapa-buraco na Estrada Coronel Joaquim Branco, além dos serviços de cascalhamento e nivelamento na Estrada Rio Branco, e a limpeza da marginal oeste, na Rua José Rita, travessa da Avenida Edith Pitman, no Luiza Mar Mirim.

As Prefeituras que quiserem enviar noticiário para esta coluna, favor encaminhar os textos para o e-mail: giromunicipal@apaulista.org.br



Reforma da Previdência

Estados e Municípios dependem de PEC paralela do Senado

“Fizemos tudo o que era possível para resolver de uma vez, num pacote só. Conversamos, explicamos, batalhamos, mas não teve jeito. Mas ainda assim há uma luz no fim do túnel, vindo do Senado, que poderá garantir tranquilidade aos municípios”.

A avaliação é do presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), Carlos Cruz, ao analisar a aprovação da reforma da Previdência pela Câmara dos Deputados, em primeiro turno, pelo placar de 379 votos a favor contra 131, porém sem a inclusão de Estados e Municípios. “É impossível administrar uma cidade com a situação de hoje, porque os prefeitos não

conseguem nem pagar a folha de servidores”, ressalta Cruz. “Por isso é imperativo a reforma abranger também Estados e Municípios”, ressalta o presidente da APM, que somou na luta comandada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM).

A Câmara dos Deputados aprovou em primeiro turno o texto-base da maior reforma da Previdência realizada no país, para gerar uma economia da ordem de quase R\$ 1 trilhão em 20 anos aos cofres públicos, segundo cálculos das autoridades econômicas federais. A reforma traz mudanças na idade mínima e regras de transição para os trabalhadores da ativa. Mas nem

tudo está definido. Estão sendo votados separadamente trechos mais polêmicos, como os que tratam de regras para policiais federais, professores e mulheres, por exemplo.

Outro ponto importante é que esta nova lei não atinge Estados e Municípios, que se encontram endividados e muitos dos quais sem dinheiro para pagar até os salários. No entanto, governadores contrários à reforma entendem que esta é a única alternativa, mas não querem arcar com o ônus político de apoiar as medidas do governo federal. A reforma ainda precisa ser votada em segundo turno no Plenário da Câmara, o que deve ocorrer ape-

nas no início de agosto, após o recesso parlamentar.

A CNM liderou forte mobilização no Congresso para tentar incluir os servidores municipais nas novas regras, e essa articulação será intensificada para garantir o pleito municipalista por meio dos senadores. Segundo o presidente da CNM, Glademir Aroldi, “é preciso também impedir o dispositivo contido no parecer do relator que impede os municípios que estão no Regime Geral migrarem para o Regime Próprio”. Explicou ainda que dos 5.568 Municípios, 2.108 têm Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), e, ao serem incluídos na reforma, a redução das dívidas previdenciárias pode chegar a R\$ 41 bilhões nos próximos quatro anos. Os benefícios financeiros para essas prefeituras chegarão a R\$ 170 bilhões em dez anos. Além disso, a diminuição do déficit atuarial será de 41% em média.

Reforma

A PEC aprovada com a reforma deverá conter o déficit previdenciário – diferença entre o que é arrecado pelo sistema e o montante usado para pagar benefícios. Só em 2018, o déficit da União foi de R\$ 264,4 bilhões, incluindo setores privado, público e militares. O texto base propõe a volta da alíquota de 20% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para os bancos e acaba com a Desvinculação de Receitas da União (DRU) incidente sobre as contribuições que financiam a seguridade social, como o Imposto de Renda e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Após ser aprovada na Câmara, a



Deputado Carlos Sampaio: PEC em separado vinda do Senado

Deputado Carlos Sampaio articula com as lideranças

O deputado federal Carlos Sampaio (PSDB-SP) está atuando como um dos principais articuladores para entrada dos Estados e Municípios na reforma da Previdência e informou que a solução já foi definida com os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia e do Senado, Davi Alcolumbre: uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), apresentada no Senado, específica para reforma da Previdência nos Estados e Municípios.

“É uma solução que abre uma nova perspectiva, porque a aprovação desta PEC já viria do Senado em votação em separado, como destaque”, informou Carlos Sampaio.

O deputado tentou durante todas as discussões do texto principal da reforma da Previdência na Câmara dos Deputados a inclusão de Estados e Municípios no relatório final. Mas as restrições apresentadas pelo bloco de governadores do Nordeste invia-

bilizou a tramitação em um único bloco.

Ao presidente Carlos Cruz, o deputado explicou os detalhes da negociação em separado. “A reforma será aprovada no Senado e promulgado, sem Estados e Municípios. E no Senado será apresentada uma PEC, que o presidente Davi Alcolumbre enviará à Câmara, onde o presidente Rodrigo Maia prometeu que colocará para votação na Comissão de Constituição e Justiça, para instalação de Comissão Especial logo em seguida, com o objetivo de analisar somente como segunda oportunidade, definindo então a questão”, disse ele.

O deputado de Campinas disse que esta solução é o melhor caminho. “Espero sinceramente mais sensibilidade na votação desta Emenda Constitucional na Comissão Especial, inclusive com um relator indicado pelo Novo”, acentuou.

reforma seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e, depois, para o Plenário da Casa, onde pode sofrer mudanças. É nessa fase que deverá ser resolvido o embate político dos entes da Federação que ficaram de fora. Há duas vertentes. A primeira, de os senadores tentarem reinserir na proposta Estados e Municípios. Mas apresenta o inconveniente de exigir nova votação na Câmara dos Deputados. Ou então, a mais provável, criar uma PEC paralela, com esta finalidade. Calcula-se em 45 dias o tempo de demora da tramitação no Senado, o que leva a definição para o final de setembro ou início de outubro.

O novo texto aprovado na Câmara dos Deputados traz uma série de alterações constitucionais que terão que ser recepcionados nos Regimes Próprios de Previdência (RPPS), por isso causa bastante preocupação que cada um dos 2.108 municípios do Brasil que possuem RPPS, tenham que aprovar estas mudanças nas Câmaras de Vereadores. Conforme o presidente da APM, Carlos Cruz, “acreditamos que se o Senado federal



Presidente da CNM, Glademir Aroldi



Presidente da APM, Carlos Cruz

não reincluir os Municípios na Reforma teremos muitos problemas nestas cidades, aqui no Estado de São Paulo, inúmeros gestores enfrentarão grandes resistências para fazer estas alterações em seus RPPS”.

O texto final da reforma da Previdência manteve a idade mínima dos homens em 65 anos, e aumentou a idade mínima das mulheres para 62 anos, na regra geral, ou seja, para quem ainda irá ingressar no mercado de trabalho. Para professores do ensino básico, será exi-

gida idade mínima de 55 anos (mulher) e 60 (homem). Para docentes que já estão no mercado, as idades serão de 52 e 55 anos, para mulheres e homens, respectivamente, com pedágio de 100%. Já para policiais federais, policiais legislativos, rodoviários federais e agentes penitenciários e socioeducativos federais, a idade mínima de aposentadoria é aos 55 anos. Aqueles que optarem pelo pedágio de 100% poderão se aposentar aos 53 anos (homens) e 52 anos (mulheres).

Quem está fora

Aposentados e pensionistas – Quem já está recebendo benefício previdenciário, seja aposentado ou pensionista, não sofre com a reforma. As mudanças não atingem direitos adquiridos.

Trabalhadores em condição de se aposentar – Quem ainda não requereu, mas já atingiu as condições de pedir, continuará podendo se aposentar pelas regras antigas. A menos que queira optar pelas novas regras, se achar que são mais vantajosas.

BPC-LOAS – Os idosos acima de 65 anos e pessoas com deficiência com renda de até 25% do salário mínimo, por integrante da família (R\$ 249,50) continuarão a ter os benefícios pelas regras antigas, no valor de um salário mínimo (R\$ 998,00).

Aposentadoria rural – Os trabalhadores rurais não serão afetados. Continuarão se aposentando com 55 anos (mulher) e 60 anos (homem). Também será preciso ter 15 anos de trabalho no campo, como já acontece hoje.

Policiais e bombeiros – Policiais militares, policiais civis e bombeiros não serão afetados pela reforma, por serem carreiras estatutárias. Serão atingidos se os Estados fizerem suas reformas ou o Senado incluir Estados e Municípios na reforma global.

Forças Armadas – As forças armadas estão fora da reforma da Previdência porque foi criada uma lei específica para a categoria. O projeto de lei se encontra no Congresso, mas ainda não começou a ser analisado.

63º CEM será de 15 a 19 de outubro em Campos do Jordão

Investimento + Empreendimento = Receita + Renda. Este é o tema do 63º Congresso Estadual de Municípios, promovido pela Associação Paulista de Municípios (APM), que este ano terá como sede a cidade de Campos do Jordão, entre os dias 15 a 19 de outubro. “Estamos preparando tudo com muito carinho para oferecer uma excelente programação”, disse o presidente da APM, Carlos Cruz. “Vamos enfocar assuntos de extrema relevância para os municípios, tocando nos pontos-chave que interessam aos gestores públicos”, completou ele.

Durante esta semana de encontro de prefeitos, prefeitas, vice-prefeitos, vice-prefeitas, presidentes de Câmaras Municipais e vereadores o evento apresentará uma grande de atividades que vai desde assuntos técnicos a políticos.

Algumas autoridades já confirmaram presença no 63º Congresso. O ex-governador Geraldo Alckmin, por exemplo, agendou em seus compromissos a participação no encontro de prefeitos em Campos do Jordão. O presidente Carlos Cruz e o diretor da APM, Virque Nholla estiveram em visita ao ex-governador, com quem discutiram problemas municipalistas.

Também o secretário da Habitação do Estado de São Paulo, Flávio Amary, é presença certa no Congresso. Em visita à APM, ele apresentou as propostas de sua Secretaria para aumentar a construção de novas moradias, juntamente com o CDHU, e a ampliação dos programas habitacionais.

O secretário Estadual de Esportes,



Presidente da APM, Carlos Cruz, ex-governador Geraldo Alckmin e presidente do Conselho Deliberativo da APM Arquevirque Nholla



Secretários estaduais, Aildo Rodrigues Ferreira (Esportes), e Flávio Amary (Habitação) em visita oficial à sede da APM

tes, Aildo Rodrigues Ferreira, também em visita à APM, ressaltou a importância de um trabalho articulado com a Associação Paulista de Municípios, e antecipou as linhas gerais dos projetos estratégicos, os programas e o calendário de esportes promovido por sua Secretaria para todo o Estado de

São Paulo.

O presidente Carlos Cruz reforçou a importância de uma boa articulação da Associação com a Secretaria, e discutiu com Aildo Rodrigues, a pauta do 63º Congresso Estadual dos Municípios, que será em Campos de Jordão, de 15 a 19 de outubro.



Cessão onerosa do Pré-Sal renderá R\$ 10 bilhões extras aos municípios

Os municípios de todo o país receberão um reforço de caixa da ordem de R\$ 10 bilhões não previstos em orçamento graças ao leilão de novos campos da área de pré-sal pelo governo federal, juntamente com a Petrobrás e a Agência Nacional do Petróleo (ANP). A cessão onerosa acontecerá em um leilão marcado para o próximo dia 6 de novembro.

O modelo de Cessão Onerosa permitirá que a empresa ganhadora do leilão possa explorar o campo petrolífero, pagando um bônus de assinatura e depois royalties e participação especial com a produção acima de 5 milhões de barris.

As fontes governamentais trabalham com a expectativa de uma arrecadação deste bônus de assinatura (como se fosse uma entrada para explorar o campo) na ordem de R\$ 106 bilhões. Deste recurso que é novo, ou seja, não previsto no orçamento, espera-se dividir entre os três entes da federação - União, Estados e Municípios.

Os municípios brasileiros liderados pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) com o apoio e articulação da Associação Paulista de Municípios (APM), conseguiram incluir na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 98/2019, a divisão de 30% deste bônus para Estados e Municípios, sendo 15% para cada um deles.

O presidente da APM, Carlos Cruz explica: “Isto em termos financeiros implicará em algo em torno de R\$ 9 a 11 bilhões aos municípios”, ou seja, o equivalente a 2,5 FPMs. Segundo ele, este valor deverá chegar às cidades no final do ano ou no começo do ano que vem, e certamente ajudará muito os atuais prefeitos a encerrarem bem seus mandatos.

Firmado pela Petrobras e a União em 2010, o contrato de cessão onerosa garantiu à estatal explorar 5 bilhões de barris de petróleo em áreas do pré-sal pelo prazo de 40 anos. Em troca, a empresa antecipou o pagamento de

R\$ 74,8 bilhões ao governo. Os excedentes são os volumes descobertos de petróleo, que ultrapassam os 5 bilhões de barris. Desde 2013, o governo vem negociando um aditivo do contrato, depois que a Petrobras pediu ajustes por conta da desvalorização do preço do barril de petróleo no mercado internacional.

Após acordo com a Petrobras, o governo estipulou em R\$ 106,6 bilhões o valor a ser pago pelo bônus de assinatura do leilão do excedente da cessão onerosa e em US\$ 9,058 bilhões o valor a ser descontado para a Petrobras, a título de negociação do aditivo do contrato fechado com a União.

Serão leiloadas as áreas de Atapu, Búzios, Itapu e Sépia, na Bacia de Santos, com área total de 1.385 km².

A PEC incluindo Estados e Municípios na partilha encontra-se no Senado Federal, na Comissão de Constituição e Justiça com a relatoria do senador Cid Gomes, do Ceará. “Após o recesso parlamentar a matéria deverá ser apro-

vada com a maior brevidade possível para que estes recursos cheguem aos cofres municipais”, explica o presidente da APM, Carlos Cruz. “É importante salientar que se trata de dinheiro novo, que não era esperado, portanto um excelente reforço de caixa”, comenta o presidente da CNM, Glademir Aroldi.

Durante a Marcha de Prefeitos a Brasília, no começo deste ano, o ministro Paulo Guedes destacou esse assunto ao falar aos prefeitos e comentou sobre a importância em destravar o Pré-Sal com urgência. “O futuro vem justamente do petróleo. São entre U\$ 500 bilhões a U\$ 1 trilhão nos próximos 20 anos. E este dinheiro não sai do fundo, porque só tem uma empresa explorando o petróleo. Só que quebraram a empresa antes de furar. Não deu certo”.

O ministro disse ainda que “o que estamos fazendo é que mais gente transforme esses recursos em recursos para o povo brasileiro. Temos que criar competição para exploração do petróleo, vamos colocar o gás e o petróleo pra fora”.



Ministro da Economia, Paulo Guedes

E adiantou uma previsão: “Em 2 anos o botijão de gás vai chegar a metade do preço na casa do trabalhador. No Brasil, que tem gás, o Btu custa U\$ 12. No Japão, que não tem, custa U\$ 7. Nos EUA que tem, custa U\$ 3. Monopólio é o problema. Vamos quebrar o monopólio e baixar o preço do gás e do

petróleo com a competição, fora a redução da roubalheira”.

Aos prefeitos, o ministro Paulo Guedes disse explicou a política econômica do governo federal: “Esse movimento de descentralização de recursos é que tem de sentir a presença do Estado onde o povo está”.

Governo libera 1% do FPM: R\$ 4,4 bilhões

Os municípios estão recebendo mais de R\$ 4,4 bilhões referentes ao 1% extra de julho para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Essa é a estimativa da Confederação Nacional de Municípios (CNM) realizada com base em informações oficiais divulgadas por meio do Relatório de Avaliação Fiscal e Cumprimento de Meta do governo federal.

De acordo com o Relatório, com base no 2º bimestre de 2019, a arrecadação de Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industri-

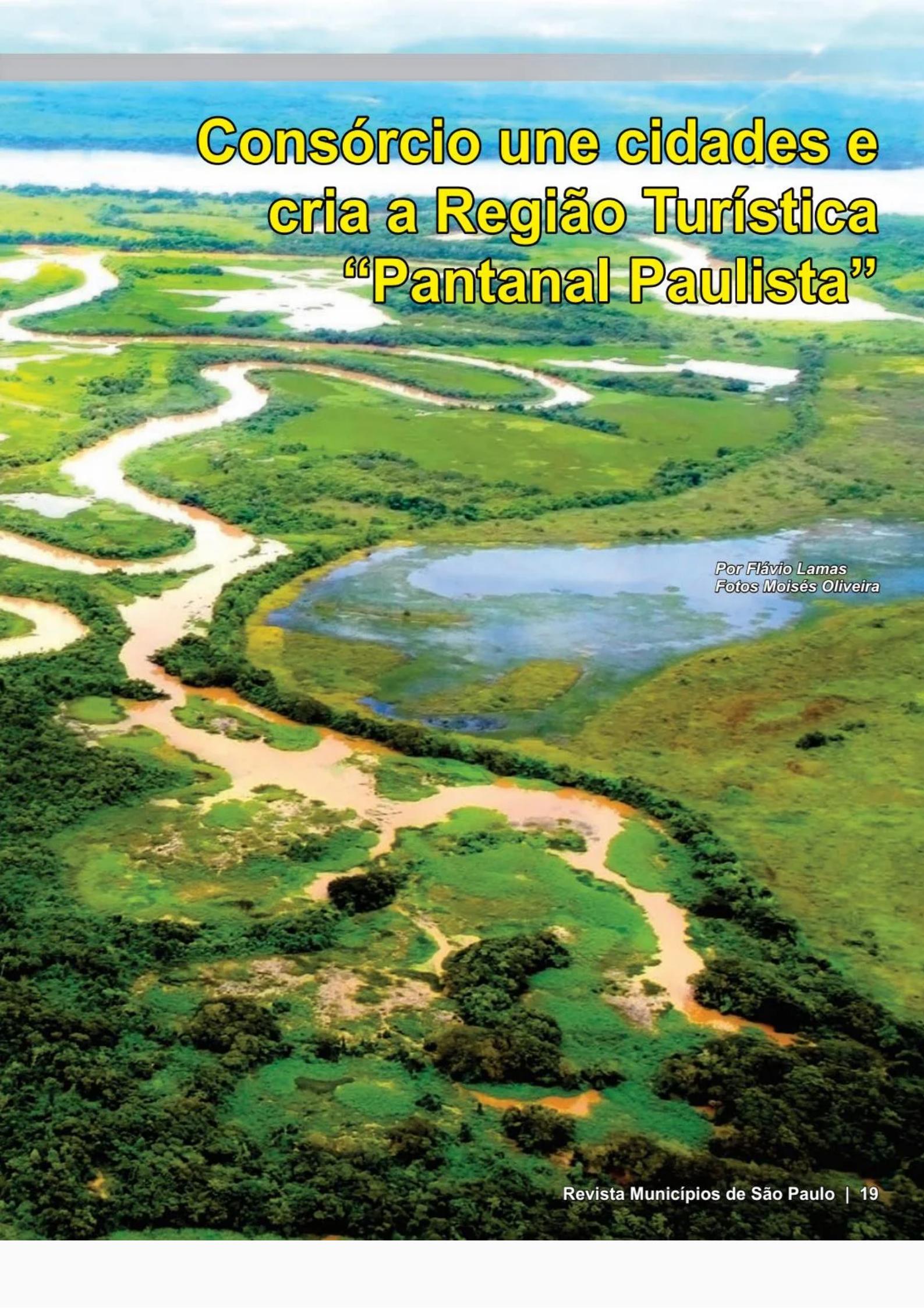
alizados (IPI) deverá ser de R\$ 449,2 bilhões. Sabendo que o repasse do total do FPM em 2019 é de 24,5% do montante arrecadado de IR e IPI, chegou-se a um valor estimado de R\$ 110 bilhões para o FPM em 2019.

O cálculo do repasse adicional de julho se dá de maneira semelhante ao 1% do mês de dezembro – determinado pela Emenda Constitucional 55/2007 – de cada ano, ou seja, com a incidência do percentual sobre a arrecadação total do IR e do IPI do ano

anterior ao repasse extra. Com isso, para o pagamento em julho considera-se o acumulado da arrecadação desses dois impostos de julho do ano anterior até junho do ano vigente.

A redação da Emenda Constitucional 84/2014 estabelece que ao 1% adicional do FPM não incide retenção do Fundeb. Entretanto, a CNM alerta que trata-se de uma transferência constitucional e por isso devem ser aplicados em Manutenção e Desenvolvimento de Ensino (MDE).





Consórcio une cidades e cria a Região Turística “Pantanal Paulista”

Por Flávio Lamas
Fotos Moisés Oliveira



Quem pensa que as belezas do Pantanal são exclusividade do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso é porque não conhece a Região Turística Pantanal Paulista, que ocupa uma área de quase 20 municípios no extremo noroeste do Estado. As belezas naturais, os animais, as aves e uma considerável estrutura turística começaram a ganhar uma nova dimensão para serem divulgadas graças ao Consórcio Intermunicipal do Extremo Noroeste de São Paulo (CIENSP). "Rico em fauna e flora, a região turística aponta como uma joia do interior paulista", salienta o presidente do Consórcio, Otávio Gomes, prefeito de Ilha Solteira. "Hoje contamos com 16 municípios do extremo noroeste e 1 da alta paulista, totalizando 17 municípios que tem orgulho de englobar em suas atividades o ramo mais promissor do futuro, o turismo", completa ele.

Entre outros serviços oferecidos aos municípios, o CIENSP contribui, fortalece e viabiliza interesses voltados para às opções turísticas no seu entorno, dando o suporte necessário para que as cidades que fazem parte do consórcio possam atender seus visitantes com qualidade, segurança e receptividade.

"O Pantanal Paulista é formado por lagos que surgiram graças à construção de três importantes e



Ilha Solteira: esportes náuticos são um dos mais fortes atrativos

grandes barragens, que represam os rios Tietê, Paraná, Aguapeí e São José dos Dourados. Beleza, natureza e esportes são atrativos que cada uma das cidades incentiva e privilegia de acordo com as características locais", explica Rose Francé Vital, secretária executiva do CIENSP.

Ilha Solteira: camping e Cidade da Criança

E que tal dar um pulinho na praia? Em Ilha Solteira tem, e com água doce. Uma ótima opção para quem quer relaxar é passar um tempinho na Praia Catarina. Ela oferece uma estrutura de lazer que inclui quiosques, churrasqueiras, restaurantes, área de camping, campo de futebol, duchas e muito mais! É com certeza, o lugar perfeito para quem quer sombra e água fresca!

Já para aqueles que curtem esportes aquáticos, a nossa sugestão é a Praia Marina. Está praia é voltada para os Esportes Náuticos, e possui um barracão onde funciona a Associação Náutica de Ilha Solteira (ANIS). A aventura e diversão do lugar garantirá a alegria até dos mais exigentes! A entrada é gratuita.

Já o Parque da Mantiqueira, conhecido como Cidade da Criança, possui atrações que tornarão a viagem da criançada inesquecível! No parque existe um espaço batizado como "Sítio do Pica-Pau-Amarelo", casa de bonecas e vários brinquedos no parquinho.

O parque tem também campo de futebol, pista de skate, quadra de tênis, academia ao ar livre, pista de caminhada, entre outros ambientes criados para a prática de

Fábio Dourado, prefeito de Itapurá: "Acredito que a nossa região turística tem um potencial turístico muito pouco explorado até hoje. Pretendemos transformar essa realidade de forma a dar visibilidade aos nossos atrativos, atraindo visitantes de todos os lugares do país. O interior Paulista é cheio de lugares onde a história do nosso país foi feita; temos uma cultura rica, uma fauna e flora bem diversificados e atrativos que valem muito a pena serem apreciados e explorados".



Fátima Nascimento, prefeita de Castilho: "Sempre admirei muito as belezas naturais de nossa Castilho. Hoje contemplo toda essa exuberância como uma ótima e salutar oportunidade, uma dádiva celeste, para o desenvolvimento da indústria do turismo e, consequentemente, gerar renda e empregos tão necessários e urgentes. Esse desenvolvimento turístico é presente para nós de toda a região do Pantanal Paulista. Porém, precisamos de investimentos e incentivos".





Em Pereira Barreto é difícil escolher as opções de lazer

esportes. O local oferece entretenimento não só para as crianças, mas para toda a família!

Pereira Barreto: águas límpidas e areia clarinha

Para relaxar ou agitar, uma praia é sempre uma boa ideia! Que Pereira Barreto tem a natureza abençoada, não é novidade. A praia de Pereira Barreto é conhecida na região pela sua bela paisagem, água limpa, areia clarinha e estrutura. A praia conta com um restaurante para os turistas, sorveteria, playground para as crianças, pista de skate, um grandioso aquário com peixes da região, como o Tucunaré, o Pacú, além de peixes ornamentais, como as carpas. E, para melhorar, a praia ainda possui um estacionamento amplo dentro das dependências.

Mas se o seu interesse é churrasco, saiba que no local é possível alugar um quiosque completo, com mesa, banco, pia, churrasqueira e energia elétrica. Gostou da praticidade? Então agora é só desfrutar o cenário!

Aquário Municipal: Terça a Sex-

ta-Feira, das 14h às 19h, sábados das 9h às 12h e nos feriados, das 14h às 19h. A entrada é gratuita.

Uma atração especial é o Canal de Pereira Barreto. É o segundo maior canal artificial de água doce do mundo. São 9.600 metros de comprimento, 50 metros de largura e 12 metros de profundidade na cota máxima de montante e 8 metros na cota mínima. Tem coragem de navegar por essa imensidão de água doce? Se a resposta for sim, pode se animar, pois a navegação e a pesca esportiva neste lugar é permitida.

Sud Mennucci: pesca esportiva do tucunaré

O Quiosque Público “Recanto das Águas” é um ponto obrigatório a qualquer turista que visite Sud



Sud Mennucci faz até campeonato de pesca do tucunaré

Tamiko Inoue, prefeita de Andradina: "Com a União do poder público, empresários e terceiro setor com as diretrizes necessárias para implementação e fortalecimento do turismo em nosso município. Esperamos que a partir da implantação dos projetos e iniciativas propostas, tenhamos condições de ampliar e intensificar o fluxo turístico de Andradina e contribuir cada vez mais com o desenvolvimento socioeconômico, cultural e bem-estar social do município e toda região".



Lúcio Santo de Lima, prefeito de Valparaíso: "O turismo movimenta a economia, gera receita, emprego e renda, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do município de Valparaíso. Por isso o Pantanal Paulista é importante, para criar mais oportunidades ainda para toda a nossa região"





Mennucci. O lugar conta com uma ampla estrutura, como banheiros, quiosques com churrasqueira, quadra de vôlei de areia, lanchonete, áreas de camping - todos as margem do rio Tietê.

A maior vocação do local, além do lazer e passeios, é a pesca. O tucunaré é um dos peixes mais cobiçados da América do Sul, atraindo pescadores do mundo inteiro para o Brasil. Por suas características predatórias, a espécie é um sonho de consumo para a maioria dos amantes de pesca esportiva. Em Sud Mennucci, o peixe é encontrado facilmente. Todos os anos, a cidade sedia o Tucuna Free, um Campeonato de pesca esportiva ao tucunaré. O evento atrai centenas de pessoas de outras cidades e até mesmo de outros estados.



Itapura: mergulho para ver a usina "Elói Chaves" submersa



Andradina tem uma vida bucólica e o charme das cidades interioranas

Itapura: mergulho para ver a cidade submersa

Quem gosta de mergulhar, vai adorar essa atração turística. A usina "Eloy Chaves" encontra-se submersa junto às águas do rio Tietê, há poucos metros da praia municipal. Com a construção da usina de Jupiá, em 1960, as águas do rio Tietê subiram para a formação do lago, submergindo a usina "Eloy Chaves" e a antiga cidade de Itapura, que com a formação do lago foi completamente alagada.

Atualmente, é possível visualizar parte da grade superior da usina que está acima do nível da água. A parte submersa é motivo de curiosidade de mergulhadores e turistas que passam pela cidade. A construção encontra-se praticamente intacta, mesmo após anos de alagamento. No mergulho, pode-se visualizar as antigas escadarias, os locais onde se localizavam as turbinas e vários outros pontos com boa visibilidade.

Outro ponto de mergulho é o vapor Tamandatay, que repousa nas águas majestosas do rio Tietê desde 20 de abril de 1883, há mais de cem anos. Pouco resta do navio, apenas o casco, que está a cerca de 20 metros de profundidade. O mergulho neste ponto se tornou uma experiência única para os amantes da história e desta prática radical.

A pesca esportiva antes vista como uma atividade de lazer rústica, ganha, cada dia mais, adeptos e já virou um programa para toda a família. Banhada pelo rios Tietê e Paraná, com acesso ao rio Sucuriú, a região de clima quente favorece a pesca de espécies de peixes cobiçados, como Tucunaré, Pacu e Piau.

Andradina, a terra do Rei do Gado e da natureza

A terra do Rei do Gado está a 640 km da Capital São Paulo e tem como suas principais fontes de economia a pecuária com o gado de



João de Altayr Domingues, prefeito de Pereira Barreto: "Pereira Barreto como estância turística sempre entendeu o turismo como ferramenta importante para desenvolvimento de nossa cidade. Com atrativos naturais de extrema beleza, compreendemos que Pereira Barreto e a Região Turística Pantanal Paulista pode ser expostas aos turistas de todo o Brasil e do mundo".

Valter Crusca Lourenço, prefeito de Suzanápolis: "O turismo é um dos setores que mais cresce no Brasil e principalmente em nossa região, portanto conseguimos promover o aumento do consumo, produção de bens e serviços de qualidade, gerando assim a criação de novos empregos, além de colocar o nosso município e toda Região Pantanal Paulista na rota turística do nosso País, além de ser uma atividade econômica prazerosa e com baixo impacto ambiental".





Castilho: pesca, esportes aquáticos, mas também um passeio pelo alambique

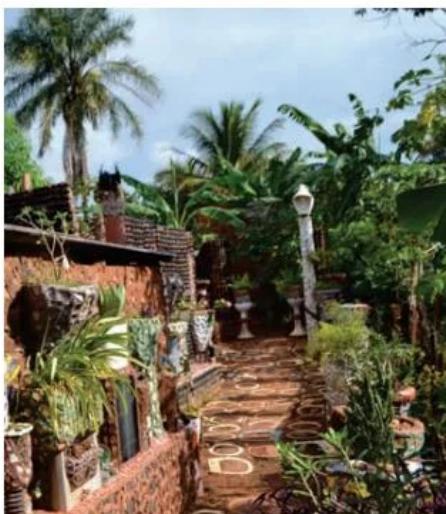
leite e de corte. É uma cidade em pleno desenvolvimento, que conta com várias empresas e indústrias.

Andradina é uma cidade do interior com características de cidade grande, mas sem perder o charme e aconchego típicos das cidades interioranas. Uma das principais atrações é o Centro Histórico Cultural Pioneiros de Andradina. Restaurado, o centro histórico cultural, foi o primeiro prédio tombado como patrimônio histórico da cidade, por ser a antiga estação ferroviária do N.O.B., que praticamente deu origem a Andradina.

O prédio abriga a Secretaria da Cultura, a Casa do Artesão, a Aliança dos Literatos de Andradina (Aliandra) e conta com obras do famoso artista plástico Adélio Sarro, além de anfiteatro e arena ao ar livre. Hoje ele é considerado um dos principais cartões postais da cidade.

Castilho: roteiro etílico com o melhor das pingas

O roteiro turístico oferece, em Castilho, uma opção etílica para agradar ao paladar mais refinado. O Alambique Estância São João oferece uma visita guiada para conhecer o processo da produção



Suzanópolis: trilhas, estradas de aventuras no meio do mato

de cachaça, com sabores como cachaças de coco, canela, pequi, abacaxi, hortelã, limão, mel e gengibre e frutas vermelhas. Além de cachaça artesanal envelhecida.

Mas, para não fugir à regra pantaneira, também tem como atrativo a pesca esportiva. Para os apaixonados por pescaria, Castilho oferece a combinação perfeita para quem busca lazer e descontração. Banhado por três rios (Paraná, Tietê e Aguapeí/Rio Feio), Castilho conta com o Mini-Pantanal Paulista que atrai diversos turistas, na sua maioria formada por pescadores vindos das mais diversas regiões do Brasil.

O Torneio de Pesca Esportiva que ocorre anualmente no rio Paraná é um dos grandes atrativos, com a preocupação de sensibilizar sobre a preservação do peixe e incentivar o esporte, com a prática de pesque e solte.

Suzanópolis: 110 km de estradas rurais

Suzanópolis possui aproximadamente 110 quilômetros de estradas rurais não pavimentadas, proporcionando assim, para os amantes do mountain bike, motocross, caminhada e corrida, uma trilha alternativa “fora de pista”. Para quem gosta de mais aventura, é possível fazer uma caminhada no meio da “Mata da Suzana”, onde aproxi-



Carlos Weverton Ortega Sanches, prefeito de Mirandópolis: "Eu vejo o turismo como fonte geradora de empregos e nesse sentido é obrigação do Município investir nesse seguimento. E entrar no Mapa do Turismo Nacional é importantíssimo para contribuir no desenvolvimento de Mirandópolis".

Júlio César Gomes, prefeito de Sud Mennucci: "O Município vê o turismo como um importante meio de emprego e renda já trazendo frutos para nosso município, com a pesca esportiva e os eventos que são tradicionais em nosso município. Vemos a importância de projetos como o MIT e o Pantanal Paulista como ferramentas para esse desenvolvimento municipal e regional".





Uma comunidade de preceitos socialistas dá certo em Mirandópolis

madamente 2.000 hectares servem de abrigo para nossa fauna e flora, escondendo belezas naturais e muita adrenalina.

Outra atração é a Casa de Momentos é uma propriedade privada de posse do artista Antônio Carvalho dos Santos, o popular Nenziinho. O local é aberto para visitação e o próprio artista recebe os convidados e explica sobre suas obras que são expostas na casa e sobre a própria casa que é toda feita com materiais recicláveis.

Neste lugar, cada canto que você olha tem algo novo e quanto mais você descobre, mais quer descobrir.

Mirandópolis: comunidade

Clóvis Izídio de Almeida, prefeito de Lavínia: "Nossa região mostra através de ações da AMENSP e CIENSP, que o desenvolvimento regional é o conjunto de esforços dos municípios, através do associativismo. A Câmara Técnica do Turismo mostra que isso é possível, incluindo nossos municípios no mapa do turismo 2019. Isso possibilitará a busca de recursos junto ao Ministério do Turismo, onde investiremos neste setor que ajudará nossa região na geração de empregos com os recursos turísticos do Pantanal Paulista".



Otávio Gomes, prefeito de Ilha Solteira e presidente do Consórcio Intermunicipal do Extremo Noroeste de SP: "A Região Turísticas do Pantanal Paulista não é uma grande aposta, é uma certeza de realização de grandes feitos com a força da união.

Assim como acontece com o CIENSP, a junção dessas cidades se transformando em um novo ente jurídico é uma forte tendência, que em cidades de vanguarda como as nossas já se faz realidade.

A ideia central é proporcionar a ampliação do poder de diálogo com os governos estadual, federal e também outras instituições.

O fato de incluirmos o turismo entre nossas metas, permite alinhar as similares características de nossas cidades e implementar políticas públicas com maiores amplitudes, de maneira a impactar toda a região.

O grupo irá estimular o Turismo Regional, com exploração não predatória do patrimônio ecológico, cultural e histórico, suporte e infraestrutura compatíveis e destaque ao turismo ecológico, empresarial, cultural e esportivo".





Lavínia investe na sua história, além das belezas naturais

tar a ideia de que ninguém tem nada próprio. Tudo é de todos e quando alguém precisa de dinheiro para algo particular é preciso pedir para líder da comunidade. “É bom porque você não pensa no dinheiro no dia-a-dia e é ruim quando você quer alguma coisa você tem que pedir para os mais velhos.

Esta casa foi morada dos fundadores da cidade. Hoje abriga um museu com um belíssimo jardim de esculturas em granito assinadas por Hisao Ohara.

Lavínia: belezas naturais e uma história muito rica

Além das belezas naturais, Lavínia tem uma rica história. Aliás, foi em torno de nossa paróquia que tudo começou. Perto de um Cruzeiro foi celebrada a primeira missa pelo pároco de Valparaíso, padre Mauro Eduardo. Neste mesmo local iniciou-se a construção da Capela Nossa Senhora Aparecida, pertencente a paróquia de Valparaíso até o ano de 1940.

Desta data até fevereiro de 1953, a comunidade religiosa laviniense pertencia a Paróquia de Mirandópolis: sendo que todas as atividades realizadas em Lavínia eram assentadas em registros na Paróquia de Mirandópolis. Dom Henrique Gelain, Bispo Diocesano

de Lins, na época, tomando consciência de que a comunidade laviniense crescia a cada dia, resolveu em comum acordo com os padres consultores da Diocese de Lins, decretar em 19 de março de 1953 a criação da Paróquia em Lavínia.

Todos trabalharam para a grandeza de uma paróquia fortalecendo-a na fé e na perseverança e também na preservação e no melhoramento do templo e de outras dependências, para acolhermos melhor os fiéis católicos.

Valparaíso: investimento nas opções de turismo

Outra cidade com muitos atrativos naturais, Valparaíso está investindo no turismo para mostrar suas belezas, que incluem também sua origem.

Na Praça Oscar de Arruda, principal ponto turístico de Valparaíso, se localizam as homenagens às colônias japonesa e italiana com os seus castelinhos, a fonte luminosa e o coreto com o mapa do Estado de São Paulo.



Valparaíso: a influência japonesa muito forte atrai muitos turistas

Livro vai mostrar as belezas dos “Rios do Oeste”

O projeto “Rios do Oeste” traz um grande ensaio fotográfico de Moisés Eustáquio Oliveira, 57 anos, que busca a beleza contida nas margens dos rios do extremo Oeste do Estado de São Paulo: Tietê, Paraná, Aguapei/Feio, Do Peixe, São José dos Dourados, seus afluentes e o Parque Estadual do Aguapeí, um dos últimos locais aonde ainda é encontrado o cervo do pantanal no Estado de São Paulo.

Texturas naturais, manifestações da natureza como chuva, correntezas de rios e cachoeiras, praias, pontes, usinas, hidrovia, fauna e flora, etc., serão protagonistas nesse livro. A ideia de “Rios do Oeste” é apresentar o contexto dos rios, suas atividades comerciais, culturais e religiosas, esportivas e turísticas a diferentes públicos de modo que invoquem no leitor uma reflexão acerca de seus aspectos, sejam eles, de crítica socioeconômica, olhar turístico, preservação ou contemplativo.

Mas para este livro se tornar realidade falta o patrocinador, que terá os benefícios fiscais da Lei Rouanet.





A obra será produzida e divulgada de modo a se tornar objeto de desejo para admiradores do meio ambiente e também apresentará diversos municípios que chamarão a atenção de viajantes interessados em lugares de belezas naturais exuberantes e pouco conhecidos, incluindo-se aí os estrangeiros em visita ao país.

“O livro será um misto de livro de arte/fotografia com obra de referência em função das informações contidas no texto”, explica o autor, o fotógrafo Moisés Oliveira. “A obra tem um formato inovador que alia a beleza e a elegância de um artigo de luxo à utilidade e à portabilidade dos pequenos livros”, completa ele.

sem água, mas a maioria das pessoas não pratica o consumo racional. O livro chama para essa conscientização através de belas imagens e dados impactantes”, ressalta o autor.

Municípios

Moisés Oliveira percorreu longas distâncias para eternizar as belezas da região. Ele visitou e fez fotos nos seguintes municípios e distritos inseridos no contesto conceitual da obra: Andradina, Araçatuba, Bento de Abreu, Buritama, Castilho, Guaraçai, Ilha Solteira, Itapura, Lavínia, Lucélia, Lourdes, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Avanhandava, Nova Independência, Panorama, Paulicéia, Pereira Barreto, Presidente Epitácio, Rubineia, Santa Clara D’Oeste, Santa Fé do Sul, Santo Antônio do Aracanguá, Sud Mennucci, Suzanápolis, Valparaíso e no MS, Aparecida do Tabuado, Bataguassu, Brasiliânia, Três Lagoas e Selvíria, entre outras localidades.



Conteúdo

O texto trará informações importantes para que o leitor perceba claramente a importância dos Rios para as populações lindéiras e a importância da preservação. Para se ter ideia, os rios comportam uma importante hidrovia e formam os reservatórios de três das mais importantes hidroelétricas do País.

E ainda, estudos indicam que até 2025, 1,8 bilhão de pessoas no mundo estarão vivendo em regiões com escassez de água. “Sabemos que não podemos viver

Recursos

As empresas que se interessarem terão a vantagem de associar sua imagem à cultura, ao turismo e a preservação do meio ambiente.

O livro terá uma tiragem de 3.000 exemplares, 270 páginas, textos em português e inglês.

“Foquei faz uns 3 anos nesse projeto, para divulgar o potencial do que tem nos rios da nossa região, fauna e flora”, diz Moisés Oliveira, jornalista, 30 anos de profissão e apaixonado por fotografias de natureza. O contato do autor é jornal.impacto@terra.com.





63º

CONGRESSO
ESTADUAL DE
MUNICÍPIOS

INFORMAÇÕES: www.apaulista.org.br - apaulista@apaulista.org.br



DE 15 A 19 DE OUTUBRO DE 2019, EM CAMPOS DO JORDÃO / SP

“Há sessenta e três anos ininterruptos a classe política municipal do Estado de São Paulo se reúne, por uma semana, para trocas de experiências, informações, articulações políticas e interação com o Governo Estadual, imbuída de espírito suprapartidário, cujos únicos objetivos são o fortalecimento dos municípios e o engrandecimento do Estado”.

**INVESTIMENTO+EMPREENDIMENTO =
RECEITA+RENDA**

REALIZAÇÃO



CNM Qualifica tem novos cursos

Captação de Recursos e Plataforma + Brasil

Local: Auditório Paulo Kobayashi - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo/SP

Data: 19 de julho • **Horário:** 08:00 às 18:00

8h30 • Sensibilização Para a Organização da Rede Estadual de Captação de Recursos e Multiplicadores de Conhecimento; • O papel dos Prefeitos e dos Secretários Municipais no processo de captação de recursos para o sucesso da gestão municipal; • O papel da CNM no processo de captação de recursos pelos municípios: A disponibilização de ferramentas tecnológicas de apoio a gestão municipal

10h30 Plataforma Éxitos

• Demonstração das configurações dos Perfis do usuário; • Apresentação da aba Oportunidades de Captação de Recursos; • Apresentação da aba Programas e Demonstração do panorama de acessos dos municípios associados.

13h30 Setor de Captação de Recursos

• A estruturação do Setor de Captação de Recursos e Atribuições do Gestor Municipal de Convênios e Contratos – GMC: Perfil profissional e conhecimentos básicos para realização das atividades inerentes a sua função; • Processo de Captação de Recursos: Planejamento, Mapeamento e Priorização de Demandas; • Atividades que envolvem a captação de recursos;

15h00 Plataforma + Brasil e Portaria Interministerial 424/16

• Plataforma +Brasil: as mudanças propostas nos processos de transferências de recursos da União aos municípios; • Portaria Interministerial 424/2016 – A Legislação que rege as transferências de recursos da União via SICONV/ Plataforma + Brasil; • As alterações propostas pelas Instruções Normativas vigentes e a complexidade de normativos, critérios e regras na captação dos recursos pelos municípios.

17h00 Rede e Colegiado de Gestores de Convênios e Contratos

• Organização da Rede Estadual de Captadores de Recursos, orientações e modelo de trabalho; • Debate e Criação da Rede de Captação (Formação e Escolha da Coordenação do Colegiado).

Gestão da Saúde nos Municípios

Local: Auditório da Associação Paulista de Municípios(APM), Rua Araçari, 125 - Cep: 01453-020 - Itaim Bibi, São Paulo/SP • **Data:** 01 de agosto • **Horário:** 08:00 às 18:00

Temas

9h15 Fala Institucional

9h40 Panorama da Saúde/ CNM • Plataforma Éxitos • Panorama da Saúde • Programas/ Ações em Saúde da ABS

10h20 Contexto da Política Pública em 2019 • A situação do Programa Mais Médicos;

• Pagamento do Piso dos Agentes Comunitários e de Combate a Endemias

11h00 Fonte de dados para o Planejamento em Saúde • Uso e manuseio do DATASUS e e-Gestor com possíveis arranjos para qualificação da gestão local.

13h30 Organização do SUS • As portarias de Consolidação de 2017

14h30 Gestão de Pessoas & Financiamento • Qualificação dos Profissionais sem aumento direto de gastos.

15h00 Promoção & Saúde • Portaria 2436/ 2017: Política de Atenção Básica • Tópicos das Políticas de Saúde Mental, Vigilância em Saúde e Assistência Farmacêutica

15h30 Financiamento da Saúde nos Municípios • Atualização dos valores e uso dos recursos; • Fonte de dados do financiamento Federal em Saúde; • Tipos de repasses na Saúde, • Uso adequado segundo Portarias, • LC 141/2012; • Uso dos recursos das emendas, • Resoluções e NT da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), • Prestação de contas.

16h30 Instrumentos de Planejamento e Avaliação da Saúde: • LC 141/2012 e Plano e Relatórios Municipais e Programação Anual de Saúde; • Lei 8142/ 1990: Controle Social como avaliador do planejamento.

Captação de Recursos e Plataforma + Brasil, Gestão de Saúde nos Municípios e Regime Previdenciário nos Municípios são os três novos temas da programação do CNM Qualifica, em parceria com a Associação Paulista de Municípios. “O projeto visa capacitar 6 milhões de servidores em todo o país e as capacitações são gratuitas para os Municípios contribuintes com o movimento municipalista”, explica o representante da CNM no Estado de São Paulo, Marcelo Barbieri.

As inscrições estão abertas e o calendário pode ser confirmado no site da APM (www.apaulista.org.br)

O curso Captação de Recursos e Plataforma + Brasil aconteceu no dia 19 de julho, no auditório Paulo Kobayashi, na Assembleia Legislativa de São Paulo. Gestão da Saúde nos Municípios será dia 1 de agosto, no auditório da Associação Paulista de Municípios. Regime Previdenciário nos Municípios acontecerá dia 29 de agosto, também no auditório da APM.

Regime Previdenciário

Local: Auditório da Associação Paulista de Municípios(APM), Rua Araçari, 125 – Cep: 01453-020 – Itaim Bibi • **Data:** 29 de agosto • **Horário:** 08:00 às 18:00

9h00 O sistema previdenciário brasileiro. • O que é o Regime Próprio de Previdência? • Fundamentos e Regulamentação Normativa

10h15 Os critérios para a criação e implantação do RPPS • Avaliação Atuarial: Aspectos técnicos, administrativos e normativos

14h00 Aplicação e Investimentos dos recursos previdenciários financeiros e não financeiros geridos pelo RPPS

16h20 Os desafios da Gestão dos RPPS – Obrigações perante o órgão normatizador e de controle externo. • Avaliação

Encontro dos CONSEGS com a Polícia Civil de São Paulo

O Encontro dos Conselhos Comunitários de Segurança com a Polícia Civil do Estado de São Paulo, por iniciativa do Dr. Albano David Fernandes (diretor do Departamento de Polícia Judiciária da Capital), teve como destaque a importância do relacionamento entre os dois órgãos.

Com uma abordagem focada em temas atuais, o evento apresentou palestras ministradas por Delegados de Polícia, sobre os trabalhos realizados pelas Unidades Policiais Especializadas, que geram resultados positivos para a segurança pública.

O evento contou com a presença do general João Camilo Pires de Campos, secretário da Segurança



General João Camilo Pires de Campos, secretário de Segurança Pública de SP



Dr. Evaldo Roberto Coratto, coordenador estadual dos CONSEGS



Dr. Albano David Fernandes, diretor do DECAP

Pública de São Paulo, Youssef Abou Chahin, secretário Executivo da Polícia Civil, Dr. Ruy Ferraz Fonseca, Delegado Geral de Polícia, Dr. Evaldo Roberto Coratto – Coorde-

nador Estadual dos CONSEGS, Delegados de Polícia Seccionais, além de todos os Conselhos Comunitários de Segurança da Capital Paulista.

ASP
ASSESSORIA PERSONALIZADA
EMBRASÍLIA

61 99247-9556
61 99167-0529

SCN Q1 BIE
sala 612

contato@aspbrasilia.com.br

EM BRASÍLIA, CONTE CONOSCO!

- Cobertura jornalística
- Agendamentos
- Protocolo de documentos
- Transporte executivo
- Espaço para reuniões

Capão Bonito e Itesp entregam mais 110 títulos de propriedade

A Prefeitura de Capão Bonito e o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), vinculado à Secretaria da Justiça e Cidadania, entregaram 110 títulos de propriedade para moradores do Distrito Turvo dos Almeidas.

A solenidade ocorreu no salão comunitário do bairro e contou com a presença do prefeito Marco Citadini, do presidente da Câmara Adinan Martins, do diretor adjunto de Recursos Fundiários, Gabriel Veiga, do assessor regional da Itesp, Carlos José da Silva e Souza, do subprefeito do Distrito Turvo dos Almeidas, Miguel dos Passos e moradores.

Na cerimônia, Veiga destacou o trabalho que a Prefeitura de Capão Bonito vem realizando junto à Itesp para a regularização de imóveis do município. “Capão Bonito já soma



Prefeito Marco Citadini discursa na solenidade



Moradores assinam título de propriedade



Autoridades entregam títulos aos moradores

quase três mil títulos entregues, sendo uma das cidades que mais promove a regularização junto ao Itesp. Isso se deve ao empenho da municipalidade, especialmente ao prefeito Marco Citadini e equipe. Temos mais processos para continuarmos com esse importante trabalho”, destacou.

O prefeito Marco Citadini também agradeceu a parceria com o Itesp e destacou importância da regularização fundiária para as famílias contempladas. “Fico muito feliz em seguir entregando esses títulos para os capão-bonitenses. Em nosso mandato, diversos bairros já foram beneficiados graças ao nosso trabalho em parceria com o Itesp. Continuamos garantindo os direitos e a tranquilidade jurídica para nossa população”, ressaltou.

Transparência é essencial na administração pública

Por Sônia Servilheira

Um dos principais problemas enfrentados pelo chefe do executivo é a demonstração de seriedade e credibilidade em seus atos.

Nas locações imobiliárias e desapropriações de imóveis, por exemplo, a administração pública encontra dificuldades em dar transparência às suas medidas, por, muitas vezes, não dispor de documentos que atestem a lisura desses atos.

Ciente dessa realidade, o Conselho Regional de Corretores de Imóveis – CRECISP – tem elaborado avaliações de propriedades imobiliárias de interesse público, por meio dos PTAMs – Pareceres Técnicos de Avaliação Mercadológica – que contam com alta credibilidade e já se consolidaram junto ao Poder Judiciário e aos órgãos de controle externo, como Ministério Público Estadual e Federal e o Tribunal de Contas Municipal e Estadual.

Graças a acordos como os assinados com o Tribunal de Justiça e o Tribunal Regional do Trabalho, por exemplo, o CRECISP disponibiliza avaliações imobiliárias de caráter extremamente técnico, feitas voluntariamente por profissionais devidamente capacitados para tal. Com isso, as pendências judiciais ganham consistência, confirmando a responsabilidade do corretor de imóveis na determinação do valor comercial das propriedades.

A avaliação imobiliária é tarefa que requer seriedade e competência, e a constante atualização tecnológica, adquirida com a experiência diária, e que pode levar à precisão nos valores avaliados, fundamental para um bom negócio.



Augusto Viana, presidente do CRECISP, Marilene Mariottoni, corretora e 4ª Vice Presidente da APM e Carlos Cruz, Presidente da APM

Graças a ações sistemáticas de divulgação e à excelência dos serviços prestados pelos profissionais, as instituições públicas e prefeituras vêm reconhecendo, cada vez mais, a importância de uma avaliação mercadológica ser realizada por um corretor de imóveis.

Dessa forma, o Conselho visitou a Associação Paulista de Municípios para propor que um acordo semelhante fosse disponibilizado a todas as cidades de São Paulo. O presidente do CRECISP, José Augusto Viana Neto, conversou com o presidente da APM, Carlos Alberto Cruz Filho, e com a vice-presidente, Marilene Mariottoni, explicando as vantagens que podem obter os municípios conveniados.

Atualmente, o CRECISP já estende esse serviço a diversos órgãos públicos paulistas, como Ministério Público, Assembleia Legislativa, Conselhos Regionais de Contabilidade, Educação Física e Medicina Veterinária; Defensoria Pública; Superintendência do Patrimônio da União; Tribunal de Contas do Estado e Tribunal de

Contas do Município; Tribunal de Justiça; Tribunal Regional do Trabalho; Tribunal Regional Eleitoral; Universidade de São Paulo e Ministério Público Federal.

Os municípios também ganharam destaque especial, firmando acordos de cooperação com o Conselho, as prefeituras de: Araçari-guama, Araçatuba, Avaré, Barueri, Birigui, Boituva, Carapicuíba, Cotia, Dracena Guarulhos, Ilha Comprida, Itapevi, Itatinga, Jandira, Jaguariúna, Osasco, Piracicaba, Pirapora do Bom Jesus, Registro, Ribeirão Pires, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santana do Parnaíba, Santos, São José dos Campos, Vargem Grande Paulista e Vinhedo.

O processo de avaliação imobiliária tem início a partir da assinatura de um termo de cooperação entre o Conselho e o órgão solicitante. Os corretores de imóveis emitem um Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica (PTAM), embasado em dados técnicos, de acordo com a área do imóvel, a localidade e os elementos comparativos disponíveis.



O Terceiro Setor, a saúde e algumas de suas perspectivas

Desde 2017 uma regra mudou para os Municípios: desde então não é possível celebrar convênios com as entidades do Terceiro Setor, exceto se relativos à área da saúde.

Foi essa uma das novidades que veio trazer a Lei nº 13.019/2014, modificando a realidade dos convênios, que até então vinham sendo utilizados amplamente para instrumentalizar os repasses de recursos públicos feitos pela Administração Pública às entidades do Terceiro Setor de modo geral.

No entanto, a partir da entrada em vigor da Lei nº 13.019/2014, os convênios, em regra, ficaram adstritos às parcerias entre entes públicos e às parcerias na área da saúde (serviços médico-hospitalares, ambulatoriais etc.), hipótese em que continuam sendo regidos pela Lei Federal nº 8.666/1993.

É bem de ver que, em se tratando de serviços na área da saúde, o Sistema Único de Saúde (SUS) constitui o modelo oficial público de atenção à saúde em todo o país, criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Federal nº 8.080/1990.

Uma das diretrizes do SUS consiste na universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, o que significa que, caso as unidades públicas de assistência à saúde não sejam suficientes para garantir o atendimento total ou parcial à população, é possível que o setor privado participe do SUS de forma complementar.

É aí que entra a possibilidade de

participação das entidades do Terceiro Setor no oferecimento dos serviços de saúde, considerando-se, inclusive, que a Lei Federal nº 8.080/1990 assegura preferência aos serviços não lucrativos e filantrópicos.

Um dos instrumentos que viabilizam a relação entre essas entidades e o Município é o convênio.



De fato, os convênios são instrumentos por meio dos quais o Poder Público e entidades públicas ou privadas conjugam esforços para a efetivação de objetivos de interesse comum, mediante mútua colaboração entre os envolvidos.

Nos convênios, as partes atuam harmonicamente para a realização do bem comum e não se cogita de preço ou remuneração, pois não há o intuito de lucro, há apenas o pagamento pela execução do objeto pactuado.

Mas não é o convênio o único meio que viabiliza a relação entre o Município e as entidades do Tercei-

ro Setor que atuam na área da saúde, como as Santas Casas, por exemplo, ou as APAEs.

É possível também que essa relação seja estabelecida por meio de contrato de prestação de serviços, conforme o caso, para a realização de exames ambulatoriais, por exemplo.

No contrato, o valor pago a título de remuneração passa a integrar o patrimônio da entidade que o recebeu, enquanto que, no convênio esse valor fica vinculado à utilização prevista no ajuste.

Em se tratando de entidade que se caracterize como organização da sociedade civil, assim definida pela Lei Federal nº 13.019/2014, é possível, ainda, que o Município celebre termo de colaboração ou termo de fomento, que se constitui em mais um instrumento apto a substancializar a sua relação com entidade do Terceiro Setor na área da saúde.

E então, qual instrumento utilizar? Alguns dirão: “chame o síndico, Tim Maia!”. Mas a melhor alternativa, contudo, será buscar a orientação de uma boa assessoria jurídica.

Isabela Giglio é advogada especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, Consultora Jurídica da CONAM – Consultoria em Administração Municipal, integrante do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, autora do livro “Improbidade Administrativa – Dolo e Culpa” e co-autora do livro “Vinte Anos de Constituição” e “O Marco Regulatório do Terceiro Setor” (isabela@conam.com.br).

Servidores Aposentados mantidos em atividade: Ensaio sobre a possibilidade de rescisão contratual pelos municípios

Não é novidade que os Municípios brasileiros enfrentam enormes aflições no gerenciamento de seus limitados recursos financeiros, inversamente proporcionais aos encargos que lhes pesam por força das exigências impostas pela Constituição.

Neste cenário, avultam as despesas de pessoal. A maioria dos entes federativos mantém compromimentos que rivalizam com os balizadores demarcados pela lei de responsabilidade fiscal. Basta somar a esse montante as despesas obrigatórias com saúde e educação para aquilatar os entraves arrostrados por qualquer governo municipal que intente novos investimentos em favor da população a que serve.

Há casos de máquinas administrativas cujos quadros estão exageradamente inflados. Todavia, os gastos com pessoal, de maior impacto no rol das despesas correntes, nem sempre refletem um modelo de gestão aninhado nas escolhas do administrador. As reduções produzidas pela abstenção da abertura de novos concursos, pelo corte de comissionados, pelo torvelinho das revisões salariais ou pelas burocráticas revisões periódicas de desempenho são, embora importantes, insuficientes para o enfrentamento do problema. Questão árdua, ainda não definitivamente enfrentada, é aquela que concerne à manutenção, no quadro ativo, de servidores que se aposentam pelo regime geral da previdência e, mesmo sem necessidade de consulta à Administração,

optam por permanecer em exercício e acumular proventos da inatividade e salário.

Nos regimes estatutários e regimes previdenciários próprios (RPPS), a questão pode ser singela. Os estatutos do funcionalismo preveem, quase sempre, que a aposentadoria rompe o vínculo com a Administração. A Constituição Federal, por sua vez, impede a percepção simultânea de proventos de aposentadoria do regime próprio com a remuneração de cargo, emprego ou função pública (cf. art. 37, § 10). Coisa diversa, porém, ocorre com o regime celetista ou com regimes híbridos (adotados por muitos Municípios), articulados com o regime previdenciário geral (RGPS).

A Medida Provisória que se converteu na lei 9.528/97 acresceu o parágrafo 2º ao art. 453 da CLT, dispondo que o ato de concessão da aposentadoria ao trabalhador celetista provocava, automaticamente, a rescisão do contrato de trabalho. Medida cautelar concedida pelo STF, em dezembro de 1997 (ADI 1721-MC, Min. Ilmar Galvão), suspendeu a eficácia do dispositivo que, em outubro de 2006, foi declarado inconstitucional no controle abstrato (ADI 1721, Min. Carlos Britto). A Suprema Corte fincou clara distinção entre a relação jurídico-previdenciária (do segurado com o INSS) e a relação jurídico-trabalhista (do empregado com o empregador).

O reflexo desta decisão para o setor público foi desenhado. Na

prática, medrou o entendimento segundo o qual a mera concessão da aposentadoria voluntária ao servidor não afeta, instantânea e automaticamente, o seu vínculo de emprego. Na mesma linha, o STJ consagrou que não há vedação para a acumulação de proventos de aposentadoria do regime geral (RGPS) e a remuneração de cargo ativo, da Administração Municipal (v.g., REsp. 1.600.807-RJ – Rel. Min. Herman Benjamin). Para o servidor não poderia surgir panorama melhor; para as Administrações, era a gestação de um desastre financeiro a médio prazo.

Na seara pública, o vínculo jurídico-trabalhista intocado pela aposentação foi hipertrofiado pela garantia de uma estabilidade absoluta e sem lindes. Na atualidade, o servidor municipal celetista que se aposenta pelo RGP permanece em atividade, querendo, pelo simples fato de que o Município a ele estende, quase sem restrições, a prerrogativa da estabilidade (própria dos estatutários – cf. art. 41, CF). Ao mesmo tempo, a Fazenda Municipal segue custeando o recolhimento do FGTS, concebido, na origem, para empregados destituídos da garantia. Diversamente do que ocorre com o empregado da iniciativa privada (que, aposentado ou não, pode ter rescindido o seu contrato de trabalho a qualquer tempo, honrados os seus direitos e garantido o levantamento do saldo do fundo – cf. art. 477, CLT), as Administrações Municipais assumem que estão impedidas de res-



cindir os contratos e de renovar os seus quadros, postura extremamente onerosa aos cofres públicos, conflituosa com as disposições constitucionais vigentes e pernóstica à eficiência dos serviços. Se ousarem agir de modo diverso serão vergastadas pela Justiça do Trabalho.

Para a questão da estabilidade converge o ponto nevrágico de toda essa problemática. Mas é da sua reinterpretação que se deve extrair a chave para o problema. Note-se, de saída, que nos regimes estatutários, para os quais o instituto da estabilidade foi concebido, a garantia não é irrestrita. Ante a prática de ilícitos, a proteção do vínculo pode ceder por decisões expedidas em processos administrativos ou judiciais. Além disso, é próprio do regime estatutário que a estabilidade feneça na aposentadoria do servidor, ou seja, o agente é, na melhor das hipóteses, titular de uma estabilidade relativa. Não por outra razão, o Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (lei 8.112/90 – art. 33) e o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo (lei estadual n. 10.261/68 – art. 86) elencam a aposentadoria como causa de vacância do cargo.

Não se ignora que, na seara pública, a demissão do empregado sofre condicionamentos próprios da regra preceptiva do concurso público, filha do princípio da impessoalidade. Nela não viceja a autonomia da vontade que, na ágora das relações privadas, franqueia demissões imotivadas. Essa assertiva, porém, não pode conduzir ao extremo de aplicar a todos os vínculos, indistintamente e com idêntica força, a regra de uma estabilidade absoluta. No caso específico dos aposentados que optam por permanecer em atividade, o instituto deve sofrer relativização. Se a lei muní-

cipal não dispõe expressamente sobre o tema, cabe ao Poder Judiciário (Justiça comum ou laboral), dentro de um juízo de razoabilidade e proporcionalidade, reconhecer e declarar que a jubilação não põe

dispensas arbitrárias que poderiam representar a anulação da escolha por mérito, lastreada na aprovação em concurso público. Contudo, transcorrida uma vida de trabalho e tendo o servidor optado pela apo-



fim ao contrato, mas põe fim à estabilidade.

Esta interpretação é a única capaz de instituir tratamento isonômico entre servidores celetistas e estatutários, além de contrapesar direitos e prerrogativas na balança da relação público-trabalhista. Do contrário, com renúncia à defesa dos seus precípios interesses, a Administração Municipal rompe a harmonia do contrato, em detrimento de sua principal finalidade, cujo âmago está na satisfação prioritária do interesse público.

Importa aclarar os pressupostos e a relatividade da garantia constitucional. A estabilidade não é um fim em si mesma; é meio. É armadura de defesa do servidor contra

sentação, a estabilidade não pode se convolver em artifício de conveniência unilateral da manutenção de um contrato sinalagmático. Não pode supeditar ao servidor, indefinidamente e ao seu talante, duas fontes de renda: uma mantida pelo Instituto Previdenciário (proventos), outra pela Administração Pública (remuneração). Neste estado de coisas, repita-se, a Administração é impedida de ponderar o elemento fulcral que, anos a fio, justificou e nutriu a relação: o interesse público.

Desde a paradigmática decisão do STF, a estabilidade sem balizas fomentou uma completa inversão de valores. O administrador vê-se de mãos atadas, ainda que sabedor



de que muitos servidores, pela extenuação própria da idade ou pelo desestímulo gerado pela jubilação, já não mais se empenham, com denodo, no exercício de suas funções. Constatase, na prática, que a



aposentadoria do funcionário provoca uma deformação da geometria contratual, que deixa de ser equilátera. Descompensada, passa a priorizar o interesse privado. Conveniência e oportunidade são transferidas, com exclusividade, ao servidor, a quem se permite uma escolha arbitrária e irretorquível para ditar o fim do contrato. Em alguns Municípios, nem mesmo a idade, para além dos 75 anos, tem impedido a continuidade do vínculo, também pela interpretação insensata de que a “saída compulsória” é instituto de aplicação exclusiva ao estatutário. Em suma: o servidor celetista que se aposenta pode, querendo, estender a atividade até o advento da sua morte ou incapacidade, sem que o

“patrão” possa cogitar de sua dispensa ou substituição.

Muitos irão objetar, por certo, que o servidor percorre o único caminho que lhe garante um padrão financeiro minimamente digno, escudando-se, com sacrifício, das mazelas de um sistema previdenciário perverso. Ocorre que não se pode imputar aos cofres municipais, sustentáculos de quase todas as políticas públicas locais, a tarefa de compensar os desequilíbrios da equação previdenciária do regime geral. Quando isso ocorre, o cidadão comum, não laureado pelo vínculo funcional, paga a conta: contribui pesadamente e não recebe os serviços de qualidade a que também tem direito. E mais: a inconveniência não se limita ao pagamento de salários. A situação catapultaria as despesas com encargos sociais (FGTS, contribuições previdenciárias, PASEP), dificulta a renovação e produz o envelhecimento progressivo do quadro de pessoal. E a mesma práxis que envelhece o quadro, envilece o erário.

Parece claro, portanto, que a garantia erigida em favor do servidor não pode atropelar o interesse público, exponenciando os gastos com pessoal e obrigando o administrador a sustentar, por uma estabilidade travestida de vitaliciedade, contratos que atendem, muitas vezes, apenas às conveniências financeiras do contratado.

Esta tese começa a surtir efeitos positivos para as administrações municipais. No Município de Araraquara (que possui regime jurídico híbrido), uma ação civil pública (ACP) ajuizada pelo Ministério Público Estadual (MPE), perante a Justiça Comum (em defesa do erário municipal), foi julgada procedente em primeiro e segundo graus

com o reconhecimento de que, concedida a aposentadoria do servidor pelo INSS, cessa a estabilidade (Proc. 1016511-52.2017.8.26.0037). No Município, o número de “aposentados ativos” já ultrapassava 910 servidores quando a ação foi proposta.

No caso de Araraquara, nos moldes do pedido do MP e em respeito à decisão do STF, as decisões da Justiça Estadual (ainda não definitivas) não impuseram o rompimento automático dos contratos de trabalho. Obrigam, porém, em face da notícia da aposentadoria do servidor e em cumprimento aos princípios constitucionais (eficiência, razoabilidade, proporcionalidade, interesse público), que o prefeito zele pelas contas públicas e pela qualidade dos serviços. Para tanto, deve se deter na análise de cada contrato (antigos ou novos), de modo que somente restem preservados aqueles assinalados pela conveniência recíproca. Servidor e Administração podem, com isso, em condições de igualdade, escolher se estendem ou se encerram o contrato de trabalho. Optando pelo encerramento, cabe ao empregador adimplir todas as verbas rescisórias.

As decisões desenham, indiscutivelmente, um importante marco sobre a matéria, lançando luz para a solução do grave problema enfrentado pelas Administrações Municipais.

Dr. Raul de Mello Franco Jr. é promotor de Justiça (MPSP) e professor universitário. Mestre e doutor em Direito Público (raul@mpsp.mp.br).



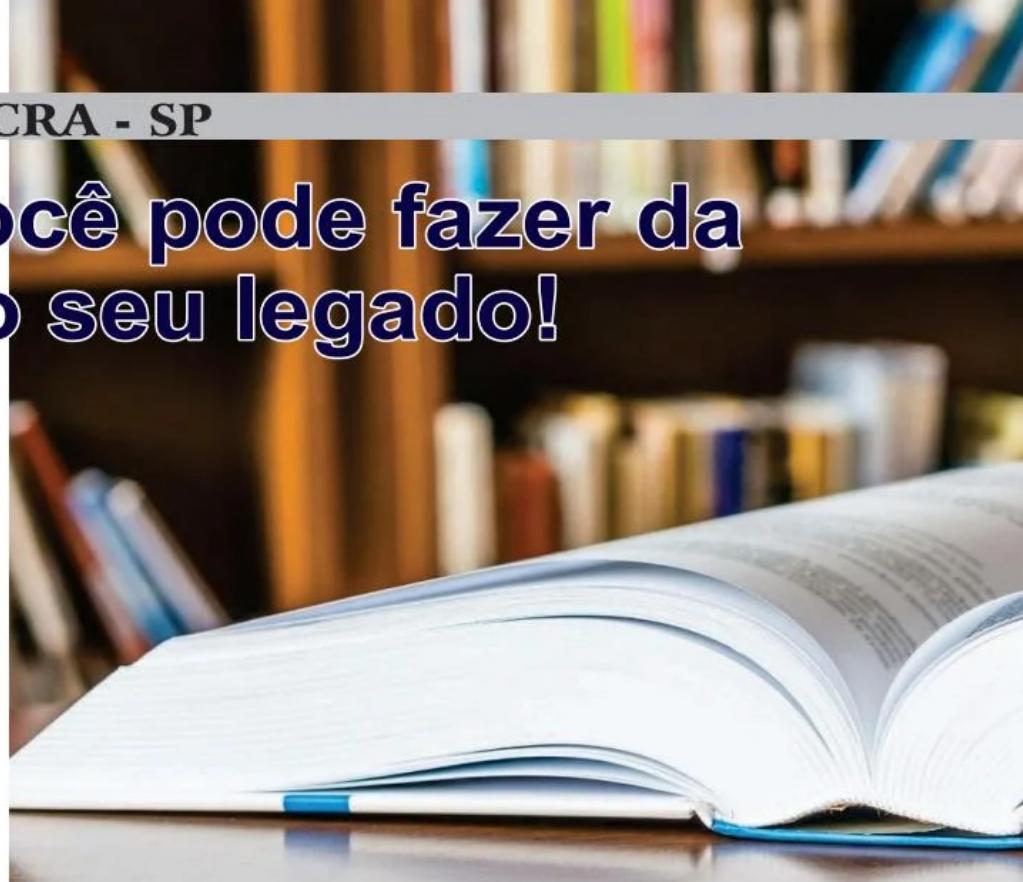
Prefeito, você pode fazer da educação o seu legado!

É cientificamente provada a influência dos estímulos vividos na primeira infância no desenvolvimento das capacidades motoras, cognitivas e de relacionamento social do ser humano, com repercussão direta no seu desenvolvimento pessoal e profissional. Não é por acaso que as estratégias mundialmente adotadas em termos de política educacional privilegiam a educação infantil como um de seus pilares e, por consequência, uma de suas prioridades.

O investimento em educação nessa etapa da vida tem sido considerado como uma estratégia fundamental de combate estrutural à pobreza e à desigualdade social, sobretudo para as crianças mais vulneráveis cujas famílias têm mais dificuldades de supri-las com os estímulos necessários à idade, como defende James Heckman, prêmio Nobel de Economia.

Partindo dessas evidências, o Plano Nacional de Educação (PNE) previu, em sua meta 1, a missão de universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE, em 2024.

Segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2018, do Todos Pela Educação, o percentual de crianças de 0 a 3 anos que frequentavam a creche no Brasil, em 2017, era de 34,1%, enquanto que as crianças que frequentam a pré-escola (4 a 5 anos) totalizavam 93%. Em 2001 esse percentual era,



respectivamente, de 13,8% e 66,4%.

Embora avanços tenham ocorrido nas últimas décadas, há um grande caminho pela frente. O desafio é grande para ampliar o acesso e para garantir uma maior equidade nas oportunidades educacionais. Enquanto 55% das crianças 25% mais ricas estavam na creche em 2017, esse percentual era de 26% para as 25% mais pobres. E, apesar da pré-escola ser obrigatória desde 2016, 96% das crianças 25% mais ricas estavam na escola nesse período, enquanto esse percentual era de 81,5% para as 25% mais pobres.

Cerca de 6,7 milhões de crianças ainda estavam fora das creches em 2018 e, segundo a Pnad Contínua da Educação 2018, se o Brasil seguir na velocidade que está, em 2024, apenas 45,6% das crianças terão acesso a essa etapa educacional e a meta 1 do PNE não será cumprida.

A ampliação da rede de atendimento à educação infantil nos Municípios, um dos gargalos da

educação básica no país, é um desafio por si só. Sem um diálogo interinstitucional focado no planejamento e metas progressivas de atendimento, com a participação qualificada da sociedade civil organizada, a judicialização crescente é uma realidade inafastável.

Se por um lado, as decisões judiciais possuem um impacto positivo e impulsionam a “agenda” de direitos das crianças; de outro lado, a atuação do Poder Judiciário e do Sistema de Justiça em geral, sem qualquer diálogo com os gestores públicos, traz um grande impacto no planejamento e na execução da política pública de educação, com pouca resolutividade.

Mas pergunta-se: esse é o único caminho possível?

É possível obter resultados melhores abrindo os horizontes para outras alternativas. O diálogo, a ampliação da transparência no acesso à informação e a construção de soluções pactuadas com o Sistema de Justiça podem fazer toda a diferença.

Essa mudança de paradigma



deve partir não apenas do Sistema de Justiça em suas decisões, mas sobretudo dos Municípios.

Soluções inovadoras que se valem de audiências públicas e implementações dialogadas com o Executivo, como a adotada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), em 2013, com o espírito visionário do Desembargador Samuel Alves Jr, à época Presidente da Seção de Direito Público, têm se mostrado exitosas ao impulsivar a resolução das deficiências da macropolítica, mitigando desigualdades sociais.

Nessa decisão, adotada em uma ação proposta por ONGs do Movimento Creche para Todos, o TJSP determinou a elaboração de um plano de expansão pelo Município de São Paulo para criar, no mínimo 150 mil vagas em creches e pré-escolas, no período de 2014 a 2016, de modo a eliminar a fila de espera, garantindo-se, ainda, a qualidade da educação ofertada. De forma inédita, a Coordenadoria da Infância e Juventude do TJSP, sob a condução do Desembargador

Eduardo Gouveia, ficou incumbida de monitorar a criação das vagas, respeitados os parâmetros de qualidade, assessorada por um Comitê de Monitoramento interinstitucional, com representação do Sistema de Justiça, sociedade civil organizada, especialistas e, mais recentemente, do Tribunal de Contas do Município.

Segundo o balanço apresentado pelas ONGs autoras no primeiro ciclo de acompanhamento do plano de expansão, de 2014-2016, foram criadas 89.249 vagas, sendo 72.814 em creches e 16.435 em pré-escolas. A ampliação do acesso foi eficaz para equacionar o problema da fila de espera na pré-escola, mas não foi suficiente para eliminar o déficit de vagas em creches. Em função disso, após a realização de uma segunda audiência pública, em 2017, foi firmado um novo acordo judicial, que previu a criação de mais 85,5 mil vagas em creches, no quadriênio 2017-2020, nas áreas com maior demanda e vulnerabilidade socioeconômica, além do aprimoramento de critérios de qualidade relacionados à infraestrutura, razão crianças-educador e a formação dos professores em especial na rede conveniada privada, que é responsável por cerca de 80% do atendimento da demanda.

Enquanto só um terço das crianças brasileiras possuíam acesso à creche em 2018, a cidade de São Paulo superou nesse mesmo ano a meta 1 do PNE com 61% das crianças de 0-3 anos em creches. Esse resultado é fruto do esforço de seguidas gestões municipais e, certamente, do diálogo colaborativo no âmbito do Comitê de Monitoramento do TJSP, que tornou a política de educação infantil uma verda-

deira política de Estado e não de governo.

Propostas inovadoras para a redução da judicialização da educação infantil podem, por outro lado, partir de uma outra rota, tendo como protagonista o próprio Poder Executivo municipal.

Com o diagnóstico da demanda não atendida (e a busca ativa das crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica), dos problemas enfrentados pela rede de atendimento e da judicialização existente, os próprios Municípios podem assumir a dianteira e propor a criação de espaços de diálogo preventivos e resolutivos com o Sistema de Justiça e órgãos de controle, com compartilhamento de informações e pactuação de metas a serem cumpridas ao longo do tempo visando a ampliação do acesso à educação infantil.

Em uma época de sérias restrições orçamentárias, soluções que têm como premissas a transparência no acesso à informação e o diálogo entre as instituições tendem a ser mais eficazes e duradouras. Os Municípios não podem ficar de fora desse movimento de transformação da fotografia do Brasil. Apostar na educação infantil é investir no futuro de nossa nação. Prefeito, você pode deixar esse legado!

Alessandra Gotti é fundadora e presidente-executiva do Instituto Articule. Doutora em Direito Constitucional pela PUC/SP e sócia de Hesketh Advogados. É também Coordenadora da Célula de Soluções Estratégicas do Grupo de Administração Legal do Conselho Regional de Administração de São Paulo.



O Holograma da Ágora

Um dos dilemas democráticos fundamentais, que opõe participação cidadã e efetividade do sistema de governo, pode ter se amenizado com a revolução digital em curso. Afinal, estão estabelecidas as plataformas que permitem ao eleitor comunicar-se diretamente com seu representante ou simplesmente manifestar-se sobre qualquer tema em praça pública.

Os mais entusiasmados vislumbram uma emulação da mítica democracia direta, em que os cidadãos poderiam debater e votar com um clique em cada decisão cotidiana do Executivo ou do Legislativo, viabilizando-se a reaproximação entre os governados e o exercício do poder, aos moldes da Grécia Antiga.

Estaria, então, em cheque nosso sistema?

Tal hipótese remete aos motivos que levaram as nações ocidentais a adotarem, a partir do século XIX, a democracia representativa, que permitiu a implantação do sistema em Estados com extenso território e população numerosa.

Além de contornar o absurdo logístico que seria realizar assembleias com milhões de pessoas dispersas em países continentais, a delegação de poderes a representantes eleitos seguiu a lógica da especialização, sendo razoável que o cidadão comum dedicasse a maior parte do seu tempo ao ofício e demais tarefas diárias relegando a atividade política com agentes escolhidos periodicamente.

Se hoje a noção de espaço foi, em grande parte, atenuada, persiste a barreira temporal. Alguns segundos são suficientes para que as pessoas publiquem suas posições sobre um tema nas redes sociais, mas con-

clusões demandam debates. A dinâmica da Câmara dos Deputados, onde 513 parlamentares têm direito a voz e voto, dá uma pista sobre a dificuldade de deliberações alcançarem consensos e sínteses.

Remanesce, portanto, a contradição: quanto mais participação cidadã tiver um governo, menor será sua eficiência na tomada de decisões, devido aos custos e demoras inerentes ao debate ampliado. Trata-se de conclusão angustiante, já que o regime é justamente alicerçado na ideia de poder popular.

E se a inteligência artificial for capaz de retirar, em poucos minutos, comandos coerentes a partir da análise de todos os manifestos individuais? Tenho a impressão de que, ainda assim, esbarraríamos na elevada complexidade da administração do Estado contemporâneo, cujas decisões demandam racionalização e especialização. Quem teria conhecimento técnico, disponibilidade de tempo e ânimo para se envolver e opinar com responsabilidade sobre todos os temas debatidos em âmbito público?

É evidente o papel que as redes sociais assumiram na dinâmica social e no debate político. Elas devem, por isso, ser consideradas pelos governantes, por ressoarem opiniões de grupos de interesses, corporações e influenciadores. São como extensões das convencionais audiências públicas, em que se coletam sugestões para aperfeiçoamento de projetos e programas de governo.

O que parece não ter lógica é tomar essas plataformas como instrumentos de democracia direta, num simulacro de descentralização de poder. É desleal ou ingênuo por parte dos eleitos usar resultados de

enquetes ou análises de big data, por exemplo, para justificar decisões políticas e se autoproclamar ouvinte do povo. Trata-se de subrogação ilegítima do poder a um grupo indeterminado e desconhecido, cujas fotografias podem esconder apenas emaranhados de bytes, sem CPF nem título de eleitor.

O papel que a internet assumiu na evolução do sistema democrático fascina. já tivemos amostras do potencial das redes em processos eleitorais e no permanente debate político que se trava no campo digital, em uma espécie de holograma da Ágora. Os próprios mecanismos que a Constituição da República prevê para o exercício direto do poder, como plebiscito, referendo e iniciativa popular ganham potência e novos horizontes. Contudo, é desarrazoado pressupor que, no Brasil de 2019, os indivíduos ativos nas redes sociais representam todo o conjunto de eleitores. Se assim o fizermos, aqueles que “piarem” mais alto estarão sequestrando a atenção dos agentes políticos e conduzindo o Estado.

Muitas necessidades básicas do país ainda são bem concretas e demandam a formulação e articulação de políticas públicas nos moldes estabelecidos pela legislação. Os representantes, felizmente, estão limitados pelo ordenamento jurídico, devendo honrar cada voto e se responsabilizar pelas decisões que tomam. O mundo pode estar virtual, mas a vida é real.

Dimas Ramalho é conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP).

Durabilidade das construções habitacionais: Impacto econômico e ambiental

A discussão para redução do déficit habitacional brasileiro, o qual é expressivo (aproximadamente 6,0 milhões, conforme tabela 1), gira em torno de soluções e demandas de políticas públicas para novas construções habitacionais. Pouco se aborda a necessidade da execução ou gestão das operações de manutenção, também pelo poder público.

A falta de qualidade de muitas das moradias construídas nesses últimos 20 anos (Figura 1), resultado de falhas de projeto, execução ou falta de manutenção adequada, acarreta, muitas vezes, a perda da habitabilidade e/ou segurança daquela edificação e, consequentemente, a redução do seu período de vida útil (critério que mensura durabilidade e desempe-

nho ao longo do tempo). Uma edificação, cuja vida útil deveria ser de, no mínimo, 50 anos, conforme estabelece a ABNT NBR 15.575-1 (2013), pode passar a ser de 20 anos, por exemplo, ou seja, esta habitação após este período entra novamente na conta de domicílios que precisam ser substituídos (substituição do estoque). Uma situação que não terá fim se questões de desempenho e qualidade não forem, cada vez mais, exigidas na fase de projeto, construção e manutenção das habitações.

Pesquisa encomendada pelo antigo Ministério das Cidades (2009) já computava, inclusive, as habitações consideradas inadequadas. A tabela 1 mostra que, do estoque de 80 milhões de habi-

tações projetados para 2023, 15,5 milhões (19,4%) terão alguma inadequação (domicílios precários ou estendidos, por exemplo, com implantação inadequada, que precisam ser substituídos) e 5,75 milhões são categorizados como déficit (necessária reposição do estoque). Portanto, 25% do total dos domicílios serão categorizados como déficit ou inadequados. Esse percentual não deve ser ignorado, pois para ser revertido demandará expressivo investimento do poder público e da sociedade.

É importante que se refita a quem incide a responsabilidade da manutenção e recuperação dessas habitações. Para o caso de habitações cujas construções são subsidiadas pelo poder público, é





Figura 1: Edificações com problemas que afetam sua estanqueidade à água e durabilidade

certo que tais usuários precisarão de apoio, tanto técnico quanto financeiro, para realizar operações de manutenção. Silva (2018) apresenta uma pesquisa na qual 30% das falhas da edificação são oriundas da própria falta de manutenção e que somente 5% dos moradores se envolvem em atividades de manutenção e apenas 25% participam de rateios financeiros para possibilitar manutenção, seja por falta de conhecimento da importância da manutenção ou por falta de recursos financeiros.

Estudos do setor da construção de habitação da Inglaterra mostram que o custo de manutenção, ao longo da vida útil de 60 anos de uma habitação social, é da ordem de 2,0% a 2,5% do valor de uma

nova moradia, e que esses custos vêm decrescendo em razão do trabalho de gestão e orientação que o NBCC - New Charter Building Company - vem realizando (El Haram , GAD, 2015 + Martensson e Johnson, 1999).

No Brasil, os poucos estudos existentes mostram que o custo da manutenção pode ser entre 7,0% e 10,0% do custo inicial da edificação (custo de terreno + projeto + construção original) o que, em alguns casos, significa quase 5 salários mínimos, valor bastante elevado para o usuário de menor renda (Lopes, 2002 ; Silva, 20183). Equipe do IPT, em visita técnica a um empreendimento habitacional em uso há aproximadamente 12 anos, cons-

tatou que nem 10% das habitações haviam passado por operações de manutenção ou reforma. No entanto, praticamente 90% dos usuários fizeram ampliações e obras não autorizadas que implicaram em perda de garantia do imóvel.

O crescimento da construção civil ainda está restrito à produção de novas edificações e não vem sendo acompanhado por um incremento nos serviços de manutenção do estoque existente. Na prática, é difícil encontrar estudos que explicitem a participação financeira dos serviços de manutenção e reforma de edificações no PIB total da construção.

O próprio termo “manutenção” vem sendo reformulado no decorrer dos anos. Anteriormen-

Período	Valores Absolutos			Total
	Déficit	Inadequados	Adequados	
1993	6.178.757	12.414.308	19.652.510	38.245.575
1998	7.044.967	14.203.055	22.500.712	43.748.733
2003	6.630.490	14.332.435	26.846.009	47.808.934
2008	6.821.472	15.736.487	34.591.795	57.149.753
2013	6.532.063	16.000.365	42.010.226	64.542.653
2018	6.081.488	15.723.598	49.560.350	71.365.435
2023	5.795.436	15.583.336	58.786.614	80.165.386

Tabela1: Demanda futura por moradias no Brasil 2003-2023: uma abordagem demográfica. Brasília: Ministério das Cidades, 2009

te, estava atrelado apenas ao caráter de conservação, mas atualmente faz referência aos conceitos de durabilidade.

Uma das exigências de desempenho mais importantes e complexas é o estabelecimento da durabilidade dos edifícios e de suas partes. A durabilidade pode ser entendida, segundo a ABNT NBR 15575-1(2013)¹, como “a capacidade da edificação ou de seus sistemas de desempenhar suas funções ao longo do tempo e sob condições de uso e manutenção especificadas no manual de uso, operação e manutenção”. A figura 2 ilustra que o desempenho e, consequentemente, a durabilidade das edificações somente é mantida desde que ocorram atividades de manutenção.

Informações sobre durabilidade também são relevantes para a realização de análises de impacto ambiental, pois, quanto maior for o ciclo de vida de uma edificação, ou de uma de suas partes, menor será o consumo de recursos ao longo do tempo. Assim, as atividades

de manutenção e substituições serão mais espaçadas, requerendo menor consumo de materiais e de energia. Em função disso, em alguns países, o termo “desenvolvimento sustentável” é substituído por “desenvolvimento durável”.

Também é importante explicitar que, no momento atual, o setor da construção civil tem discutido mais a durabilidade dos edifícios, em razão: (i) da publicação recente da norma brasileira de desempenho (NBR 15.575-1:2013), e de outras três normas que tratam do assunto de manutenção e reformas (NBR 5674, NBR 14037 e NBR 16280); (ii) da alta demanda de construções realizadas nos últimos cinco anos, em razão de programas como o Minha Casa Minha Vida; e (iii) dos inúmeros incidentes que vem ocorrendo nos últimos anos. Reportagens como a do jornal Estado de São Paulo apresentam informações sobre vistorias realizadas pelo TCU (Tribunal de Contas da União) em, aproximadamente, quatrocentas unidades habitacio-

nais, indicando o percentual de unidades que apresentam vícios construtivos e, consequentemente, comprometimento do seu desempenho (disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,no-minha-casa-falhas-em-todas-as-obras-vistoriadas-imp-,1537726>>).

Com esse contexto, pergunta-se: o que fazer?

As políticas públicas precisam que as diretrizes para construção abordem a análise do custo global, a educação do usuário quanto ao uso e manutenção do seu imóvel e a destinação de recursos para apoiar tecnicamente e financeiramente as operações de manutenção de HIS, particularmente daqueles grupos com faixa de renda menor do que 5 salários mínimos.

É necessário mudar paradigmas, tanto dos construtores quanto dos usuários, evitando-se construir pelo menor custo inicial em prol do melhor custo x benefício. A abordagem de desempenho dada pela “Norma de desempenho” (NBR 15575) precisa ser

implementada nos novos projetos de engenharia, a fim de melhorar a qualidade das obras do país. Os projetos precisam considerar o perfil do usuário, o uso intenso e a possível dificuldade de fazer a manutenção adequada, propondo soluções tecnológicas mais robustas e especificações de materiais e sistemas com mais tecnicidade e qualidade. Além disso, um plano de manutenção das edificações deve ser peça integrante do projeto, subsidiando a elaboração do manual de uso e manutenção a ser entregue ao usuário.

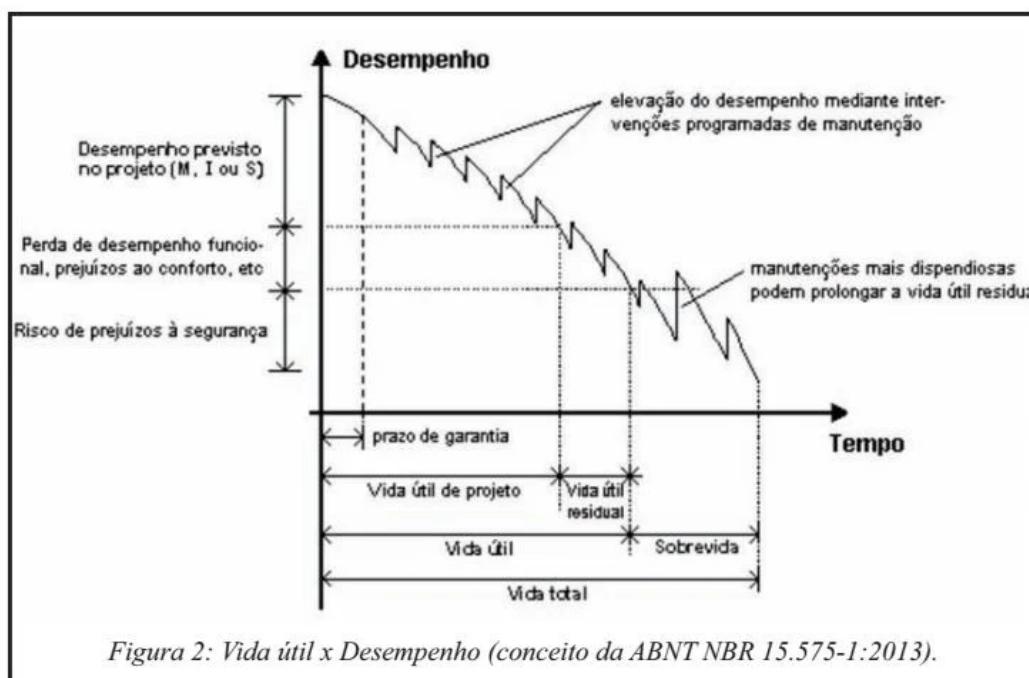


Figura 2: Vida útil x Desempenho (conceito da ABNT NBR 15.575-1:2013).



Inclusão Social

As Presidentes dos Fundos de Solidariedade dos Municípios, a maioria presidido pela Primeira Dama, com a responsabilidade de atender a demanda dos que buscam auxílio, normalmente promovem eventos na busca de recursos financeiros.

Recursos humanos, além do apoio de funcionários municipais, elas conseguem com voluntários(as) da comunidade, com espírito de doação, muitos já pertencentes a clubes de serviços. E quando há harmonia entre os poderes executivo e legislativo, as esposas dos vereadores são grandes aliadas.

Recursos materiais a própria estrutura da Prefeitura possibilita quase sempre o uso, como espaço físico, os recursos áudio visuais e outros da infraestrutura local. Lembando que o Fundo tem a vantagem de poder contar com as Secretarias, Diretorias e Coordenadorias dos Serviços municipais, fundamentais para a sua gestão.

Recursos financeiros é que dependem das ações da gestora ou do gestor do Fundo. Embora ele tenha no orçamento do município verba quase sempre modesta, no gabinete do Prefeito ou na Secretaria de Promoção ou Desenvolvimento Social, ela nunca é suficiente para atender a demanda. Daí a busca de recursos em órgãos federais, estaduais, entidades privadas e na comunidade através de eventos.

E como em todas as reuniões com nossas Presidentes de Fundo e Primeiras Damas sempre falamos de experiências bem sucedidas como objeto de possível realização em seus municípios, estive recentemente no Espaço Miracolli, em



um desfile de moda benéfica, um dos mais incríveis que assisti. Que uniu a busca de recursos e a inclusão social. Desfilaram crianças, jovens e adultos, todos portadores de necessidades especiais. Cadeirantes, pessoas que sofreram amputação ou nasceram sem membros, queimaduras, com visão parcial, enfim, cidadãos com alguma deficiência mas com o mais absoluto direito de convívio em qualquer grupo da sociedade. Pois são seus cidadãos

E isso é inclusão na sua mais absoluta palavra e intenção.

Se as políticas públicas estabelecem normas de procedimento e a Constituição diz no seu artigo 5º “Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...” (seguem-se todos os direitos e garantias fundamentais do cidadão.

Mas além da legislação constitucional, o espírito cristão da grande maioria dos brasileiros, gera a consciência de muitos de serem solidários e convededores da importância de provocar a auto estima de todos. E por que não dos

que, escolhidos por Deus para serem especiais?

Essa experiência que deu certo, promovido por uma empresa privada, com grande espírito de doação, pode dar certo também nas ações sociais dos Fundos Municipais, embora muitos, provavelmente já tenham realizado ação parecida. Naturalmente essa experiência num local com serviços de SPA, procedimentos de todos os recursos de beleza, em ambiente de conforto, agradável e de bom gosto, em espaço especial para eventos, certamente não daria certo se não fossem o carinho e o espírito solidário das proprietárias, as queridas Sandra e Mônica, que promovem constantemente ações para fins benéficos. E a experiência é possível pois em toda sociedade tem muita gente boa sim, embora a grande mídia, com raríssimas exceções, ou a imprensa marrom, não se lembre delas.

Dalva Christofoletti Paes da Silva é do departamento de Relações Públicas da Associação Paulista de Municípios e Presidente do CEAME- Centro de Estudos e Apoio aos Municípios e Empresas e Fundadora e Coordenadora do Movimento de Mulheres Municipalistas da Confederação Nacional de Municípios.

Espaço “Mulheres em Destaque”

Profª. Gina

Georgina Ap. Pitocco Piniano, coordenadora Especial da Mulher da Prefeitura de Atibaia vem realizando um grande trabalho, como a Roda de Mulheres, do Programa Bem Estar Mulher, no Centro de Referência da Mulher. Profª. Gina, ex-vereadora de Atibaia, tem sempre muito sucesso em seus assíduos trabalhos em defesa da população.

APM - CNM

A Prefeita de Arco Íris, Ana Serafim, foi uma das participantes do Seminário de Capacitação: os novos desafios do financiamento da Educação, promovido pela parceria APM - CNM, programa CNMQualifica, Instituto Paulo Ziulkoski, no auditório da Secretaria Estadual da Pessoa com Deficiência, tão bem dirigida pela ex-deputada Célia Leão.

3ª Virada Feminina

Na Fiesp, a 3ª Virada Feminina foi mais um sucesso, apresentando vários temas e discussões, com Marta Lívia Suplicy à frente das ações. As vereadoras Adriana Ramalho, autora da lei municipal que oficializou a Virada, Cléo Furquim (Jaú), Leila Bedani (Itatiba), Maria do Carmo Guilherme (Rio Claro) e Patrícia Guimarães (Macapá-AP) estiveram lá. A embaixadora do evento foi a deputada federal Aline Gurgel.

Cebrasse

A Central Brasileira de Serviços, brilhantemente presidida por João Diniz, deverá firmar parceria com a APM e uma das propostas é a vice-presidência da Mulher, para desenvolver debates e eventos na área. O Fórum de Serviços 2019, no Espaço Totvs, foi um dos mais concorridos, estando presentes o Prof. Marcos Cintra, secretário da Receita Federal, economistas Bernardo Appy e Adriano Pitoli e outros condecorados da economia nacional.

Cidades Saudáveis

A prefeita de Monteiro Lobato, Daniela de Cássia Santos Brito, representante da região sudeste na CNM, participou do Encontro Anual das Redes Nacionais Europeias de Cidades Saudáveis, em Lisboa, Portugal. Evento da Organização Mundial da Saúde, busca fomentar redes nacionais de cidades sustentáveis, conectando Prefeitos pelo mundo para troca de experiências.

UNIPONTAL

A vereadora Lucimara da Silva Dias, presidente da Câmara Municipal de Presidente Venceslau foi eleita Conselheira da União dos Municípios do Pontal do Paranapanema. Desejamos à estimada vereadora pleno êxito em mais essa missão.

Dia da República

O Consulado da Itália em São Paulo, através do Cônsul Filippo La Rosa, do Vice Cônsul Simone Panfili e de importante equipe, da qual faz parte Rita Guarino, realizou comemoração na Oca do Ibirapuera, contando com convidados dos mais expressivos, para festejar o Dia da República da Itália. Há interesse em realizar convênios com os municípios.

Paulista Viva

Esta colunista teve a alegria de participar da posse da nova Diretoria e Conselho da Associação Paulista Viva, presidida por Lívio Giosa e que tem como presidente do Conselho Deliberativo a super atuante Vilma Peramezza, na Casa das Rosas, na avenida Paulista, em São Paulo.

Inclusão 2019

Dentro da parceria APM - CKZ Agência, esta colunista e a vereadora Maria Joaquina dos Santos (Campos do Jordão) participaram do 5º Fórum Gestão da Diversidade e Inclusão 2019, promovido pela CKZ Agência, sob o comando de Cristina Kerr.

Por
Marilene
Mariottini



Prêmio Smart 2019

Foi entregue por Miriam Garrido, da Garrido Marketing, às empresas mais destacadas de atendimento ao cliente, durante o evento Smart Customer 2019, Capacitação de Talentos na Era Digital, na Câmara de Comércio Árabe-Brasileira. O título de empresa Smart do ano foi conquistado pela Natura e recebido pela sua Diretora de atendimento, Paula Pimenta.

Medalha Ruth Cardoso

As vereadoras Janaína Lima (São Paulo) e Érika Tank (Limeira) marcaram presença na entrega da Medalha Ruth Cardoso 2019, na Alesp, organizada pela presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina e do Conselho de Honra, Mariazinha Helmeister. Ela e as demais Conselheiras do CECF contabilizaram mais um sucesso.

FACESP

O presidente Alfredo Cotait e esposa Ana Cláudia Cotait foram perfeitos anfitriões, no Clube Monte Líbano, no evento de posse da Diretoria e vices-presidentes da Federação de Associações Comerciais do Estado de São Paulo. Entre os presentes, governador João Dória, vice Rodrigo Garcia, prefeito Bruno Covas e Lídia Cotait Kara José.

Orgulho do Brasil

A pesquisadora brasileira Lívia Eberlin, chefe de Laboratório da Universidade do Texas (EUA), desenvolveu dispositivo em forma de caneta que detecta células cancerosas.

Marilene Mariottini é 4ª Vice Presidente da APM e as notícias para esta coluna deverão ser enviadas para marilenemarioton@uol.com.br



Municípios aniversariantes



Maio

Dia 01 - Murutinga do Sul

Dia 02 - Guapiara

Dia 02 - Macaúbal

Dia 3 - Areiópolis - 60 anos



O povoado de Areiópolis surgiu de um aglomerado (Vila Areia Branca) na confluência de várias propriedades agrícolas que exploravam a cultura do café na região compreendida entre os municípios de Lençóis Paulista, São Manoel e Igaraçu do Tietê. Em 1893, começou a formação da Vila de Areia Branca. Por volta de 1906, a então Vila Areia Branca passou a denominar-se Areiópolis, topônimo derivado de seu principal rio, Areia Branca. População: 11 mil habitantes.

Dia 03 - Bebedouro



Dia 3 - Brotas - 180 anos

O povoamento das terras onde hoje está situada a sede do Município de Brotas iniciou-se com José dos Reis, no local conhecido como “Salto”.

Aí formou sua propriedade denominada Fazenda Velha, nome que mais tarde se estendeu também ao povoado que se instalou às margens do rio Jacaré-Pepira. Por volta de 1840, Francisca Ribeiro dos Reis e seu irmão, Antônio Ribeiro da Silva, herdeiros do antigo proprietário, mandaram construir uma capela em louvor a N. Sra das Dores de Brotas. Segundo o etnógrafo Plínio Ayrosa, “brotas” é expressão paulista que indica “olho d’água nascente”. População: 24 mil habitantes.

Dia 03 - Catiguá

Dia 03 - Cesário Lange

Dia 03 - Iracemápolis

Dia 3 - Pinhalzinho - 176 anos



Pinhalzinho, cujo nome derivou das matas de pinheiros que cobriam a região, foi fundado, em 1840, pelas famílias João Domingues Siqueira e Generoso de Godoi Bueno. O povoamento do município deu-se principalmente por imigrantes italianos, entre eles Antônio Fornari e filhos, que fundaram a primeira casa comercial. O povoado, em 1900, contava com habitações dispersas em números de vinte. A partir de 1910 o crescimento foi acelerado com a criação de escola particular e o incremento de população causada por de oferta de terrenos gratuitos. Em 1922, concluiu-se a igreja, sendo trazida diretamente de Barcelona, a imagem da padroeira, N. Sra de Copacabana. População: 15 mil habitantes.

- Dia 03 - Poloni**
- Dia 03 - Rio Grande da Serra**
- Dia 03 - Santa Cruz da Conceição**
- Dia 03 - Santa Cruz das Palmeiras**
- Dia 03 - Santópolis do Aguapeí**
- Dia 03 - São Francisco**
- Dia 03 - Valentim Gentil**
- Dia 05 - Biritiba Mirim**



Dia 5 - Garça - 90 anos

Há 40 anos, em julho de 1916, partia de Campos Novos, localidade situada a meio caminho, entre o rio do Peixe e o rio Paranapanema, na altura de Salto Grande, a primeira Bandeira, que iria atravessar a mata virgem e estabelecer-se nestas paragens, dando origem à atual cidade de Garça.

Assim nasceu Garça que teve a princípio o nome de Incas e depois Italina. População: 45 mil habitantes.

Dia 06 - Irapuru



Eugenio Burjato, italiano de Rovigo, que chegou ao Brasil em 1895, adquiriu, em 1916, alqueire e meio de terras da Fazenda Floresta, localizada a poucos quilômetros da confluência do ribeirão Jaú com o rio Tietê, à margem esquerda deste, e de propriedade de Joaquim Francisco de Oliveira. Ai passou a dedicar-se à lavoura, instalando posteriormente máquina de beneficiar arroz,

olaria e casa comercial. Construiu uma capela e com isto criou condições para que outros moradores fossem se agregando ao núcleo que se formava, nas terras por ele arruadas e loteadas.

No ano de 1934, foi criado o Distrito de Paz de “Floresta” em Pederneiras, passando para Itapui em 1938, com a denominação de “Boracéia”, que segundo antigos moradores, significaria “terra boa”. População: 5 mil habitantes.

- Dia 08 - Itapecerica da Serra**
- Dia 08 - São Luiz do Paraitinga**
- Dia 12 - Indiaporã**
- Dia 13 - Cajobi**
- Dia 15 - Monte Alto**
- Dia 18 - Guaíra**
- Dia 18 - Piratininga**
- Dia 19 - Alambari**

Dia 19 - Araçariguama – 27 anos



Em 1590, o mameluco Affonso Sardinha, conhecido como Capitão-Mor de São Paulo de Piratininga registra ter encontrado ouro de lavagem nas proximidades do Morro do Vuturuna, sendo este o marco histórico da formação de Araçariguama.

Em 4 de Dezembro de 1605 Affonso Sardinha ergueu uma capela aos devotos de Santa Bárbara ao pé do Morro do Vuturuna, nos arredores do local hoje conhecido como morro do Cantagalo, onde descobriu-se um vasto veio aurífero em Araçariguama, sendo ela (Santa Bárbara) a protetora dos mineiros e dos militares.

Em 1934, através de Decreto Presidencial, o Presidente da Republica Getulio Vargas decide lacrar a Mina do Ouro de Araçariguama, por desvio de minérios, sendo que neste mesmo ano por Decreto Estadual Araçariguama foi reduzida à condição de distrito de paz de São Roque. População: 22 mil habitantes.

- Dia 19 - Arapeí**
- Dia 19 - Barra do Chapéu**



Dia 19 - Bertioga - 28 anos

Em Bertioga está o Forte São João. Construído em 1547, é considerada a primeira fortaleza erguida no Brasil. Atualmente, é um local destinado para o aprendizado de história. A Vila de Itatinga é outro patrimônio de Bertioga e que faz parte da história. Autêntica vila inglesa, construída em 1910, abriga a primeira usina hidrelétrica do País e que até hoje ajuda a fornecer energia para o Porto de Santos. População: 62 mil habitantes.

Dia 19 - Cajati

Dia 19 - Campina do Monte Alegre

Dia 19 - Canitar

Dia 19 - Dourado

Dia 19 - Emilianópolis

Dia 19 - Engenheiro Coelho



Estiva Gerbi passou à categoria de distrito em 23 de dezembro de 1981, com sede no bairro do Estiva, município de Mogi Guaçu e território desmembrado do distrito-sede desse município. Sua autonomia política foi decretada em 30 de dezembro de 1991, quando foi elevado a município. População: 11.500 habitantes.

Dia 19 - Hortolândia

Dia 19 - Novais

Dia 19 - Potim

Dia 19 - Ribeirão Grande

Dia 19 - Saltinho

Dia 19 - Tuiuti
Dia 20 - Piedade
Dia 21 - Jumirim

Dia 21 - Nantes - 22 anos



Em 1935, com a instalação de uma serraria iniciou-se a construção do patrimônio, que inicialmente se chamou Coroados por estar próximo ao rio do mesmo nome e pela existência dos índios Coroados na região. Em 30 de dezembro de 1953, Coroados foi elevado à categoria de distrito do município de Iepê, com o nome de Nantes, em homenagem a Messias Nantes. Após 42 anos o distrito de Nantes obteve autonomia político-administrativa, tornando-se município em 27 de dezembro de 1995. População: 3.500 habitantes.

Dia 21 - Paulistânia

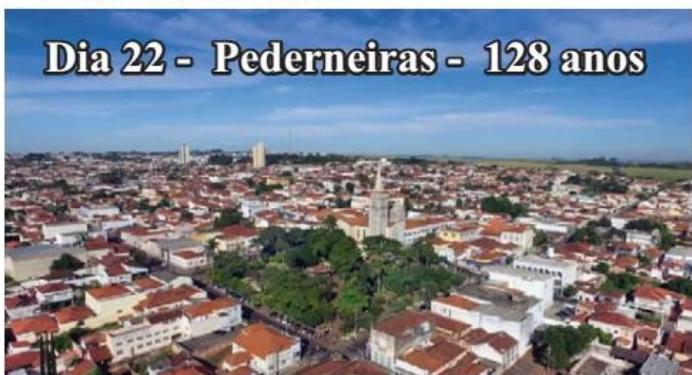
Dia 22 - Bom Jesus dos Perdões

Dia 22 - Fernandópolis

Dia 22 - Igarapava

Dia 22 - Neves Paulista

Dia 22 - Pederneiras - 128 anos



A partir de 1842, desbravadores desceram o Rio Tietê e, em suas margens, fundaram pequenas aldeias. Nessa época, os primeiros povoadores ocupavam a região que pretendiam colonizar e mediante prova de domínio, garantiam a posse. Assim, em 1848, Manoel dos Santos Simões e seus filhos, Manoel Leonel dos Santos e João Leonel dos Santos, registraram na Paróquia de Botucatu, a posse das terras que denominaram Fazenda Pederneiras, em virtude da grande quantidade de pedra-de-

fogo encontrada no local. A Fazenda, e depois povoação de Pederneiras, desligando-se de Botucatu, em 1865, a pertencer ao Município de Lençóis Paulista.

Os cafezais da região promoveram o desenvolvimento da Freguesia, até a voltar a denominar-se Pederneiras. População: 46.500 habitantes.

Dia 22 - Sales Oliveira
Dia 22 - Santa Branca

Dia 22 - Santa Rita do Passa Quatro - 159 anos



Em 1820, poucas pessoas habitavam a região, contando-se entre elas Antônio Jacinto Nogueira. Em 1839, mudou-se de Pouso Alegre, Minas Gerais, para o trecho da margem direita do Rio Mogi-Guaçu, o Alferes de Milícia José Vieira da Fonseca, acompanhado dos genros. O povoado recebeu o nome de Santa Rita, em homenagem à doadora e a denominação “Passa Quadro” foi acrescida, em virtude de a estrada primitiva que demandava à cidade de Pirassununga, cortar em quatro pontos o córrego de igual nome. População: 28 mil habitantes.



A história de Santa Rita D'Oeste confunde-se com a história de Santa Fé do Sul, de cujo território se desmembrou. A colonização inicial é também originária da CAIC. Em 1952, Santino Fernandes de Souza e Augusto Alves adquiriram dez alqueires de terras. Para tanto, contrataram os serviços do mateiro Aníbal Domingos Vieira, que derrubou a mata e construiu, nos atuais limites da cidade, um pequeno rancho de pau-a-pique. Foi a casa símbolo de Santa Rita D'Oeste. População: 2.600 habitantes.

Dia 23 - Bocaina
Dia 24 - Nova Odessa
Dia 29 - São Pedro do Turvo
Dia 30 - Palestina
Dia 30 - São Joaquim da Barra
Dia 30 - Valparaíso

Junho

Dia 04 - Porangaba
Dia 06 - Osvaldo Cruz
Dia 08 - Arujá
Dia 13 - Adamantina

Dia 13 - Cordeirópolis - 71 anos



Ainda no século passado iniciou-se a colonização de Cordeirópolis, nome decorrente da antiga fazenda Cordeiro. O Distrito de Paz de Cordeiro, criado em 7 de agosto de 1889, era então formado das povoações de Cordeiro e de Cascalho. A luta pela sua emancipação iniciou-se bem cedo; já em setembro de 1902, a população reivindicava ao Congresso Legislativo do Estado a criação do Município. Em 1943, a população de Cordeiro, mediante plebiscito, escolheu novo nome para a localidade, que passou a chamar-se Cordeirópolis a “cidade do cordeiro”. População: 24 mil habitantes.

Dia 13 - Coroados

Dia 13 - Guaratinguetá - 389 anos



Em 1628, dava-se a conhecer o povoamento destas terras por Jacques Félix e filhos. Dia 13 de junho de 1630, data dedicada ao Santo Padroeiro, marca a funda-



ção de Guaratinguetá, pela construção da capela 'erguida em palha e parede de mão'. Guaratinguetá destaca-se como uma das principais cidades do Vale do Paraíba. Guaratinguetá é palavra de origem tupi-guarani e significa guará = garça, tinga = branca, eta = muito, que significa muitas garças brancas. População: 121 mil habitantes.

Dia 13 - Junqueirópolis

Dia 13 - Macatuba

Dia 13 - Marinópolis

Dia 13 - Martinópolis

Dia 13 - Mirassolândia

Dia 13 - Ocauçu

Dia 13 - Paraibuna

Dia 13 - Pradópolis



Datam de 1721 os primeiros episódios de fundação de Quatá, ligados à abertura de uma estrada no rumo das minas de ouro de Cuiabá. As tentativas de colonização somente se concretizaram a partir de 1887, quando o sertanista Manoel Pereira Alvim penetrou nos campos do ribeirão Bugio, aí plantando cerca de 2000 pés de café. A região recebeu o nome de Quatá, devido o som (que...tá) emitido por uma espécie de macaco-bugio, muito comum no ribeirão Bugio. População: 14 mil habitantes.

Dia 13 - Rancharia

Dia 13 - Sto Antonio da Alegria - 158 anos

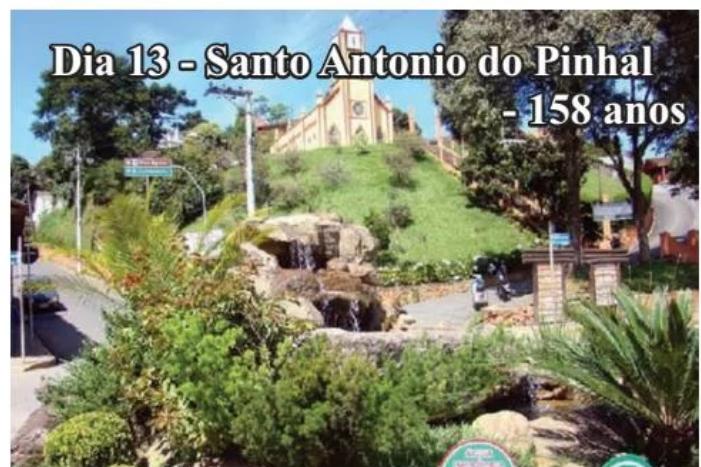


Às margens do ribeirão Pinheirinho, afluente do Rio Sapucaí-Mirim, localiza-se a sede de Santo Antônio da Alegria. Seu povoamento iniciou-se a partir de 1860, em torno da capela de Cuscuzeiro.

Por estar situada na divisa entre São Paulo e Minas Gerais, na revolução constitucionalista de 1932 foi campo de operações bélicas, criando-se uma situação especial, até 1937, quando a sede do Município foi dividida, parte em São Paulo e parte em Minas Gerais. População: 6 mil habitantes.

Dia 13 - Santo Antônio de Posse

Dia 13 - Santo Antônio do Aracanguá



O povoamento do alto da Serra da Mantiqueira, na região do vale do Sapucaí-Mirim, iniciou-se no fim do século XVIII, pois constituía passagem obrigatória para Minas Gerais. O desbravamento deveu-se a Gaspar Vaz da Cunha, que no vale do Sapucaí estabeleceu fazenda de criação de gado. Em 17 de junho de 1860, foi construída capela, ponto de atração dos moradores da região. No entanto, o povoado cresceu numa área litigiosa entre a Província de São Paulo e de Minas Gerais, onde força organizada em Pindamonhangaba acabou por queimar as instalações, expulsando os grandes mineiros da localidade. População: 6 mil habitantes.

Dia 13 - Suzanápolis - 59 anos



Suzanápolis tem no Coronel Ernesto Schimidt o seu marco. Proprietário de grandes extensões de terra, ele promoveu o loteamento de parte de suas terras dando condições para o surgimento de um núcleo urbano, então denominado Santo Antônio D’Oeste. A denominação de Suzanápolis veio no dia 28 de fevereiro de 1964 através da lei número 8092. Foi uma homenagem a Herna Schimidt ou simplesmente Suzana, esposa do Coronel Ernesto Schimidt, ocasião em que o povoado foi elevado a distrito. População: 4 mil habitantes.



Dia 13 - Taiuva - 117 anos

No fim do século XIX e início do atual, quando a antiga Companhia Paulista de Estradas de Ferro estendia seus trilhos ligando Jaboticabal e Bebedouro, já encontrou a região do alto curso do Rio Turvo ocupada por várias propriedades agrícolas. Com a chegada da ferrovia e a construção de uma estação, começaram a chegar novos colonos, atraídos também pela fertilidade da terra. “Taiuva”(do tupi “tayuyá”, que é uma espécie de abobrinha do mato). População: 6 mil habitantes.

Dia 13 - Urânia
Dia 13 - Uru
Dia 15 - Piquete



Dia 16 - Bariri - 129 anos

As terras entre os rios Tietê e Jacaré-Pipira, quase na sua confluência, como parte dos Campos de Araraquara, desde o século XVIII eram freqüentadas pelos bandeirantes por constituir ponto de passagem nas penetra-

ções nos sertões de Goiás e Mato Grosso. Em 1877 com a eleição de Antônio José de Carvalho, tornou-se possível a elevação a Distrito de Paz, e em junho de 1890, à Freguesia, com o nome de Bariri. Bariri, no tupi, é corruptela de “mboê-riri”, que significa “o que corre e se agita”, ou “corredeira”. População: 35 mil habitantes.

Dia 16 - Piracaia

Dia 16 - Salto



Dia 17 - São Manuel - 149 anos

Em 1870, alferes Manuel Gomes Faria, e outros, doaram 29 alqueires de terras, na região chamada Água Clara, com a finalidade de fundar um arraial. No ano seguinte, essas terras foram permutadas por outras gleba mais para o sul, às margens do Ribeirões do Paraíso, onde se instalou o patrimônio de São Manuel do Paraíso, que foi elevado a freguesia, em território de Botucatu. População: 41 mil habitantes.

Dia 18 - Bastos



Dia 19 - Ribeirão Preto - 163 anos

José Mateus dos Reis, dono da maior parte da Fazenda das Palmeiras, fez a primeira doação de terras no valor de 40 mil Réis, para levantar uma capela em louvor a São Sebastião das Palmeiras. Em 2 de novembro de 1845, no bairro das Palmeiras, era fincada uma cruz de madeira para demarcar o patrimônio para a futura capela de São Sebastião, hoje Ribeirão Preto. População: 695 mil habitantes.

Dia 21 - Analândia

Dia 21 - Cedral - 55 anos



O povoamento de Cedral iniciou-se por volta de 1900, com a chegada dos primeiros povoadores, como Felício Botino, cel. Severiano Vicente Ferreira, cel. Silvério da Cunha Lacerda, Vicente Ferreira da Silva. O nome do lugar, segundo alguns, decorre da abundância da madeira cedro encontrada na mata original, ou para outros, da denominação anterior do córrego que banha a área. A fundação do povoado é atribuída a Felício Botino, construtor da primeira casa de madeira, substituída logo depois por outra de tijolos. População: 9.500 habitantes.

Dia 21 - Iacri

Dia 23 - Jacupiranga

Dia 24 - Alto Alegre

Dia 24 - Américo de Campos

Dia 24 - Atibaia

Dia 24 - Balbinos

Dia 24 - Clementina

Dia 24 - Gastão Vidigal

Dia 24 - Ibaté

Dia 24 - Iepê

junho de cada ano. Era uma forma de homenagear o santo e os organizadores tiveram a idéia de construir uma pequena capela que abrigasse os fiéis nas proximidades do antigo cruzeiro. E foi assim que tudo começou. Tempos depois, a denominação original, no entanto, foi alterada para “Joanópolis”, cujo significado é “cidade de João”, em virtude de seu padroeiro, São João Batista. População: 13 mil habitantes.

Dia 24 - José Bonifácio

Dia 24 - Lucélia

Dia 24 - Mirandópolis - 85 anos



Por volta de 1920, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, deu início à construção de sua variante Araçatuba-Juquiá, promovendo o surgimento de vários núcleos populacionais, no local que ficou conhecido por “Região da Variante”. Nessa época, Manoel Alves de Atayde desmatou uma gleba de terras, entre as cabeceiras do Ribeirão Claro e do córrego da Saudade (de São João), na vertente do rio Feio. A construção de algumas cabanas, deu início ao primeiro núcleo populacional, que ficou conhecido por São João da Saudade.

Quando da elevação a Distrito de Paz, em 1937, foi-lhe conferido o nome Comandante Árbues. Nessa ocasião, o Sr. Raul da Cunha Bueno traçou um loteamento urbano na Fazenda São Joaquim, da qual era proprietário. Esse loteamento, que ficava de frente a Mirandópolis (Comandante Árbues), recebeu o nome de Nova Paulicéia. Somente por ocasião da elevação à categoria de Município, o topônimo Mirandópolis ficou oficializado, em atendimento à vontade da comunidade local. População: 30 mil habitantes.

Dia 24 - Nhandeara

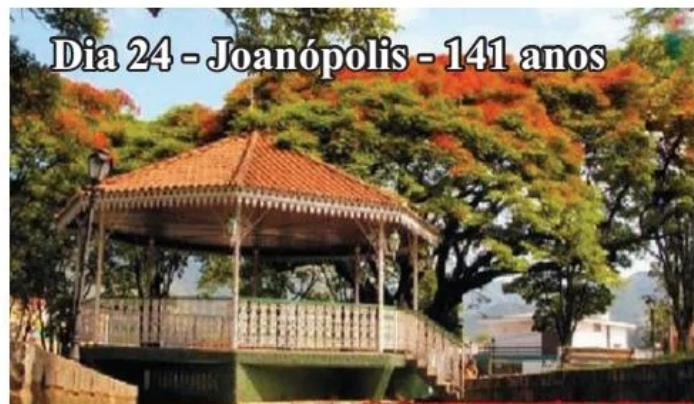
Dia 24 - Populina

Dia 24 - Rio Claro

Dia 24 - Salto de Pirapora

Dia 24 - Santa Albertina

Dia 24 - Santa Fé do Sul



Os primeiros moradores da região compreendida entre o alto curso dos rios Jaguari e Cachoeira, reuniam-se no local onde hoje se encontra a igreja matriz de Joanópolis, para festejar São João Batista, no dia 24 de



Fundada em 24 de junho de 1821, por Antônio Machado de Oliveira e os cunhados Inácio Cândido e Francisco Cândido, vindos de Itajubá, cidade de Minas Gerais, chegando à região às vésperas do dia em que se comemorava o culto a São João Batista, o que deu origem ao nome da cidade. Contudo, em fato da cidade ter sido iniciada nos terrenos da Fazenda Boa Vista, de propriedade do Padre João Ramalho, recebeu assim o complemento "da Boa Vista". Antônio Machado, um dos fundadores, doou um terreno para a futura povoação do local, dando origem à atual São João da Boa Vista. População: 91 mil pessoas.

[Dia 24 - São João das Duas Pontes](#)

[Dia 24 - São João de Iracema](#)

[Dia 24 - São João do Pau D'Alho](#)

[Dia 27 - Lavrinhas](#)



A implantação da Estrada de Ferro Sorocabana que rumava às barrancas do rio Paraná, no início do século XX, constituiu um marco dos surtos migratórios, estabelecendo pequenos povoados ao redor das estações ferroviárias, dedicados à cafeicultura até 1937, passando depois ao cultivo do algodão, amendoim e à pecuária. Foi o caso de Regente Feijó, em homenagem ao Estadista Regente Feijó. População: 20.500 habitantes.

Dia 29 - Lucianópolis



A fundação da atual Monte Azul Paulista e o povoamento do Município, estão ligados a dois fatos ocorridos ainda no fim do século passado. De um lado foi a procura de terras férteis para o café em sua marcha para o nordeste e oeste do Estado. Por outro a reunião dos fazendeiros Joaquim da Costa Penha e Felipe Cassiano.

Em 1948, o topônimo é novamente alterado, agora para Monte Azul Paulista, que prevalece até hoje. População: 19 mil habitantes.

Dia 29 - Morungaba - 129 anos



O desbravamento do território onde se encontra o município teve início no começo do século XIX, devido ao espírito aventureiro de um indivíduo de sobrenome Manso, que ali se estabeleceu com sua família, iniciando a cultura de cereais.

Por proposta da Câmara, o nome Barra Mansa foi substituído em 1919 pelo de Morungaba que na língua indígena significa 'colméia' ou 'lugar onde moram as abelhas'. População: 13.500 habitantes.

[Dia 29 - Nova Canaã Paulista](#)

[Dia 29 - Nova Luzitânia](#)

[Dia 29 - Paulicéia](#)

[Dia 29 - Ubarana](#)

[Dia 30 - Guarujá](#)



A janela indiscretíssima

Faltava um mês para o casamento, Portólio arrumava as coisas a fim de deixar o apartamento de solteiro. Fuçando no armário achou um grande binóculo. Fazia uma noite quente, o relógio marcava 21 horas. Ele então abre melhor a janela em busca de brisas. Com o binóculo na mão, instintivamente, começa a focar nos prédios, próximos e longínquos, que avistava. A primeira coisa que viu, num não muito distante, foi um homem, sem camisa, a assistir TV. Noutro, senhora idosa passa com um copo de leite na mão. No terceiro, de repente o espião para. É que um casal, visibilíssimo entre grandes cortinas abertas, se beijava na boca. Portólio, com o coração batendo mais forte, ajeita melhor o zoom. O beijo seguia, interminável. Quando, finalmente, o fulano solta a mulher, o observador indiscreto treme. Encosta mais a barriga no peitoril, para dizer, estranhando o som da própria voz:

— Meu Deus, é ela!

Teve certeza que a mulher que viu de relance era Julieta, sua bela noiva. O coração de Portólio despara. Afunda numa poltrona. Pensa: "Mas será que era"? Como se pudesse solucionar a questão, volta a pegar o binóculo; foca a jane-

la. Só que as cortinas permaneciam fechadas.

Com um "como não pensei nisso antes" ele se agita em busca do celular, porém não o acha. "Meu Deus, devo ter deixado no escritório". Lembrou-se que, na esquina, havia um orelhão. Ia descer, todavia saca que aquilo não funcionava mais. "O carro"!, Portólio berra. Corre para a garagem do prédio. O aparelho, de fato, estava sobre o banco do carona. A ligação é feita, com as mãos do camarada a tremer. Deu caixa postal.

Enquanto as horas correm, implacáveis, o homem ligava a todo instante, porém a resposta da máquina era sempre a mesma. No momento em que o cara decide, os ponteiros do relógio já passavam da meia noite. Portólio partiu para a casa de Julieta.

Ao dirigir no rumo do bairro Cambuí a imagem que passava pela cabeça do angustiado era aquela que o binóculo mostrara; entretanto, a certeza de que se tratava realmente de Julieta mesclava-se com a dúvida. Ao subir para o apartamento da noiva, após o porteiro ter avisado sobre a inesperada visita, o coração de Portólio se encontrava em frangalhos. A futura sogra o recebeu:

— O que foi? Aconteceu alguma coisa? — Ela pergunta.

— A Julieta...

— A Julieta está dormindo, seu Portólio, já é quase uma hora da madrugada...

— Deixe o recado. Logo cedo eu passo para ela.

Agora sim, desconcertado, o fulano desce, apesar de que a vontade que teve foi de pedir para ir ao quarto ver se a moça, realmente, estava a dormir.

Não se passara ainda nem meia hora do diálogo exótico na entrada do apartamento, Julieta nele entra e vê a mãe sentada na sala, o que nunca ocorreria antes. A velhota lança a pergunta, como um dardo:

— Onde você estava?

— Ué — ela responde — não vou casar? Pois estava fazendo minha despedida de solteira...

Diante da resposta, a mãe até ia falar sobre a inesperada visita de Portólio, mas preferiu ficar calada. Enquanto isso, já em casa, o futuro marido, finalmente, volta a se sentir feliz como um rei. Tanto que, lembrando dele, pegou o belo binóculo alemão; não para voltar a fuçar janelas. Mas sim jogá-lo no poço de lixo do edifício, perto do elevador.



ATENÇÃO

**Srs. Prefeitos e Presidentes da Câmara de Vereadores
não percam esta única oportunidade.**

Está disponível para seus municípios um canal de televisão aberto e digital

TV CANAL DA CIDADANIA

Uma ferramenta importante para a Lei da Transparência, divulgação dos atos da gestão, entre outros e à criação de uma grande rede de comunicação municipalista.



Para maiores informações e consultoria entre em contato:

11 | 2165-9999



Carteira de Agente Público Municipal

Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, que integram os municípios associados à APM, podem solicitar a sua.

Uma prática carteirinha confeccionada pensando
em você Gestor Municipal

Solicite a sua !

Fone: (11) 2165.9999
apaulista@apaulista.org.br

